



## SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

## 18.º SUPLEMENTO

### SUMÁRIO

MINISTÉRIO DE OBRAS PÚBLICAS E  
RECURSOS NATURAIS

Gabinete do Ministro  
Despacho n.º 12/1012.

**MINISTÉRIO DE OBRAS PÚBLICAS E  
RECURSOS NATURAIS**

**Gabinete do Ministro**

**Despacho n.º 12/1012**

Conscientes que a água é um bem essencial à vida, o seu fornecimento à população em quantidade e qualidade a um preço socialmente justo assim como a aplicação de boas práticas de gestão ambiental torna-se uma tarefa prioritária do Governo e das autarquias locais com activa participação do sector privado e da população beneficiária;

Reconhecendo que o sector de água e do saneamento são dois eixos de suma importância para o desenvolvimento do país, pois contribuem positivamente na melhoria da saúde da população e no crescimento económico, foi elaborado a Estratégia Participativa para a Água e Saneamento de São Tomé e Príncipe para 2030;

Considerando a utilidade deste valioso documento e as contribuições que trará para a nossa população com o desenvolvimento destes sectores;

Nestes termos;

No uso das faculdades que me são Conferidas pela alínea c) do artigo 111.º da Constituição, determino:

**Artigo 1.º**

É aprovada a Estratégia Participativa para a Água e Saneamento de São Tomé e Príncipe para 2030, em anexo ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

**Artigo 2.º**

É a Direcção Geral dos Recursos Naturais e Energia a instituição competente para monitorar e acompanhar a implementação das acções compreendidas a fim de que se atinja os objetivos e metas propostas.

**Artigo 3.º**

A Estratégia Participativa para a Água e Saneamento de São Tomé e Príncipe para 2030 será revista semestralmente.

**Artigo 4.º**

O presente despacho entra imediatamente em vigor.

Gabinete do Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais, em São Tomé, aos 6 de Agosto de 2012.- O Ministro, *Carlos Vila Nova*.

**Estratégia Participativa  
para a Água e Saneamento  
de São Tomé e Príncipe para 2030**

**Versão Final**

**Dezembro de 2010**

**Este documento incorpora os resultados de:**

11 Reuniões de Auscultação de Comunidades, Janeiro a Fevereiro 2009.

8 Reuniões do Grupo de Trabalho de Água e Saneamento (GT-AS) da Parceria Nacional da Água (PNA), Novembro 2008 a Março 2009.

6 Reuniões com os Parceiros de Desenvolvimento do País, Março 2009.

Reunião de peritos locais, 9 de Março 2009.

Definição da Visão pelo GT-AS, 10 de Março 2009.

Definição de Acções, Objectivos e Metas pelo GT-AS para os 4 pilares, Março a Abril 2009.

Revisão dos Peritos Locais, 28 Maio de 2009

Comentários e Sugestões da DRNE, Junho 2009

Resultados da Restituição às Comunidades, Julho 2009.

Sugestões e Validação pela PNA, 20 Julho 2009

Sugestões do Evento Nacional de Apresentação e Validação, 22 Julho 2009.

Revisão final pela Direcção de Recursos Naturais e Energia do Ministério dos Recursos Naturais, Energia e Ambiente de São Tomé e Príncipe, Novembro 2009.

**Créditos**

A presente “Estratégia Participativa para a Água e Saneamento de São Tomé e Príncipe para 2030” foi desenvolvida no âmbito do projecto “Estratégia, Coordenação e Programação no Sector da Água e Saneamento em São Tomé e Príncipe, coordenado pelo Ministério dos Recursos Naturais, Energia e Ambiente, através da Direcção de Recursos Naturais e Energia liderada por Lígia Barros (Directora Nacional) e financiado pelo Governo de São Tomé e Príncipe e Comissão Europeia através da Convenção de Financiamento WFA25/GA-ST; 9 ACP RPR 212.

A sua preparação resultou de um processo participativo que envolveu representantes dos diferentes sectores da sociedade santomense – sector público e privado e comunidades locais, bem como a diáspora santomense em Portugal e os principais parceiros de desenvolvimento do país coordenado pela equipa da CESO- Consultores Internacionais, João Rabaça e Maria Piedade Coruche.

Este documento foi concluído em 27 de Julho de 2009 e posteriormente submetido ao Governo de São Tomé para aprovação e publicação oficial.

Para mais informações sobre este documento, sua elaboração e implementação deve ser contactada a Direcção de Recursos Naturais e Energia do Ministério dos Recursos Naturais, Energia e Ambiente de São Tomé e Príncipe.

## Índice

Texto de Abertura.....	11
Agradecimentos.....	13
Enquadramento.....	17
i) O documento da Estratégia Participativa e a sua utilidade.....	17
ii) A metodologia de elaboração.....	19
iii) O presente documento da Estratégia.....	23
iv) A sua utilização e próximos passos.....	23
1. Visão: A Água e Saneamento em 2030.....	26
2. Situação.....	30
2.1. Contexto de Desenvolvimento do País.....	30
2.1.1 Situação Geográfica e Económica.....	30
2.1.2 Actividades Produtivas.....	31
2.1.3 Saúde.....	33
2.1.4 Educação.....	35
2.2. Caracterização do Sector da Água e Saneamento.....	36
2.2.1 Políticas e Instituições.....	36
2.2.2 Gestão Integrada de Recursos Hídricos.....	40
2.2.3 Infra-estruturas de acesso à Água e Saneamento.....	41
2.2.4 Educação, Capacitação e Sensibilização.....	43
3. Objectivos Metas e Acções para a melhoria do sector.....	47
3.1. Integração com a Adaptação às mudanças Climáticas.....	62
4. Processos em Curso no Sector de água e saneamento.....	66
5. Monitorização.....	70
6. Conclusões e próximos passos.....	74
Referência Relativas.....	76
Anexos.....	77

**Abreviações**

**BAD**- Banco Africano de Desenvolvimento.

**CFVSA**- Comprehensive Food Vulnerability and Security Analyses, Análise Detalhada da Segurança Alimentar.

**CIAT** - Centro de Investigação Agrícola e Tecnológica.

**CSP** – Country Strategy Paper, Documento de Estratégia Nacional.

**DRNE** - Direcção de Recursos Naturais e Energia de São Tomé e Príncipe.

**D.R.** – Diário da República.

**EITI** - Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas.

**ENRP**- Estratégia Nacional de Redução da Pobreza.

**EMAE** – Empresa de água e electricidade.

**FAO** – Food and Agriculture Organisation.

**FIC** – Fundo de infraestruturas Comunitárias.

**GT-AS** – Grupo de Trabalho de Água e Saneamento da Parceria Nacional da Água.

**INE** – Instituto Nacional de Estatística.

**MRNEA**<sup>1</sup> - Ministério dos Recursos Naturais, Energia e Ambiente de São Tomé e Príncipe.

**ONG** – Organizações não Governamentais.

**PIB** – Produto Interno Bruto.

**PNA** - Parceria Nacional da Água.

**PRSP** – Poverty Reduction Strategy Paper, Documento Estratégico para a Redução da Pobreza do Banco Mundial.

**QUIBB-STP** - Questionário de Indicadores Básicos do Bem-Estar, de São Tomé e Príncipe.

**OMD**- Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento.

**RNOMD** – Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento.

**PAM**- Programa Alimentar mundial.

**UNICEF** – Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para as Crianças.

<sup>1</sup> - Em Setembro de 2010 o MRNEA passou a estar integrado no Ministério das Obras Públicas e Recursos Naturais.

**Texto de abertura**

O abastecimento de água e o saneamento de águas residuais constituem serviços com uma influência decisiva na qualidade de vida das populações, com forte impacto na saúde pública, para além de serem indispensáveis à generalidade das actividades económicas, constituindo respectivamente uma utilização directa – consumptiva – e uma utilização indirecta – a rejeição de resíduos líquidos – dos recursos ambientais.

Trata-se além disso, de um sector mobilizador de numerosos sectores de actividade económica, enquanto fornecedor e cliente de serviços, materiais e produtos.

Este sector tem assim condições para, a par da resolução dos problemas básicos da população, ser uma das apostas estratégicas a adoptar em S. Tomé e Príncipe, como um sector estruturante e integrador, indispensável ao crescimento económico.

Nessas perspectivas, este XIV Governo Constitucional elegeu como uma das prioridades das suas estratégias estruturais de desenvolvimento sustentado, o abastecimento de água potável e saneamento de águas residuais, enquanto um dos sectores fundamentais para a obtenção de uma maior eficácia na concretização dos objectivos nacionais. Acresce ainda a importância que a água assume na persecução das prioridades nacionais no que refere à promoção da segurança alimentar, produção de energia e promoção das actividades económicas.

A maior parte dos projectos de desenvolvimento das infra-estruturas de água potável até aqui realizados tenderam a focar-se em subconjuntos ou aspectos limitados do sector.

Por isso, as limitações do acesso à água potável ainda são significativas, muito por força de intervenções sem uma cuidada planificação que permitisse determinar a concepção técnica correcta, otimizar a sua estrutura e calendário de realização e harmonizar os objectivos com as possibilidades específicas que as condições do país propiciam.

Torna-se portanto indispensável a existência de uma estratégia nacional clara para o desenvolvimento do sector, inserida numa estratégia mais geral para o ambiente, que tenha nomeadamente em conta o actual contexto de atrasos a recuperar e antecipar transformações neste sector. A presente “Estratégia Participativa para a Água e Saneamento de São Tomé e Príncipe para 2030” é o

documento que permite a planificação e desenvolvimento a curto, médio e longo prazo para o conjunto do sector.

Como qualquer documento orientador, a presente estratégia para a água e saneamento, projectada com base na análise do diagnóstico do sector e no processo participativo dos diferentes detentores de interesse a nível nacional, não é uma obra acabada, e como tal carecerá de ajustamentos permanentes que melhor se adaptem à evolução e mudanças do meio envolvente.

Em síntese, reconhecendo a magnitude dos problemas de natureza estrutural que enfermam o sector de água e saneamento em S. Tomé e Príncipe, bem como o grau de rigor e esforço colectivo que o mesmo impõe a todos santomenses, é com entusiasmo e confiança na capacidade deste Governo que reafirmo o compromisso do Estado ter como objectivo, não apenas garantir a quantidade e a qualidade dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais aos santomenses, mas também aproveitar a oportunidade de implementação da estratégia para criar condições estruturais para o fortalecimento dos interesses de base nacional, tornando o sector um factor de produção de mais emprego e riqueza.

O Ministro das Obras Públicas e Recursos Naturais, *Carlos Vila Nova*.

### **Agradecimentos**

A elaboração deste documento só foi possível graças ao contributo e apoio de um conjunto amplo de pessoas e entidades, nomeadamente:

### **Membros da Parceria Nacional da Água (PNA)**

Dionísio Amado e Hilária Carvalho (Zatona Adil), Deolinda Trindade (Direcção de Recursos Naturais e Energia) Eduardo Garrido (Instituto Marquês de Valle Flôr, Projecto Saúde Para Todos), Filipina Rocha (Observatório da Pobreza), Gelsa Vera Cruz (Direcção Geral do Ambiente), Idalécio Neto (Ministério da Agricultura Pescas e Desenvolvimento Rural), Laura Valverde (Cruz Vermelha Espanhola), Lúgia Barros (Presidente da PNA), Lurdes Santos (Instituto Nacional para a Promoção do Igualdade e Equidade do Género), Mahadevi Badracim (Fundação Crianças e Juventude), Valdemira Tavares (Centro de Investigação Agrícola e Tecnológica).

### **Convidados para as reuniões da Parceria Nacional da Água**

Adriana Neto, (Direcção do Ensino Básico), Tomé Santos, (UNICEF), Leonel Wagner Neto (Ministério dos Recursos Naturais Energia e Ambiente).

### **Membros do Grupo de Trabalho de Água e Saneamento (GT-AS) da Parceria Nacional da Água.**

Anilcio Rodrigues (representante das Comunidades Locais), Amâncio de Carvalho (Direcção dos Cuidados de Saúde), Argentino Vangente (Empresa de Água e Electricidade), Agostinho Salvador (Instituto Superior Politécnico), Deolinda Trindade (Direcção de Recursos Naturais e Energia), Dionísio Amado e Hilária Carvalho (Zatona Adil), Emídio dos Santos Pereira (Câmara de Comércio, Indústria, Agricultura e Serviços), Gelsa Vera Cruz (Direcção Geral do Ambiente), Lúgia Barros (Presidente da PNA), Lucrecio Alemão (Federação Nacional de Pequenos Agricultores), Manuel Jorge do Rio (Federação das ONG), Natalina Vera Cruz (Câmara de Água Grande), Octaviano Viegas (Ministério das Obras Públicas Infra-estruturas e Telecomunicações), Tiago Rosa Monte (Região Autónoma do Príncipe), Wilson Dendê (Rádio Nacional).

### **Comunidades Locais**

Representantes das Comunidades de Água Izé, Micoló, Neves, Porto Alegre, Riboque, Boa Morte, Praia Melão, Gambôa, São Marçal, Monte Café, Picão Príncipe, num total de mais de 100 homens e mulheres.

### **Doadores**

Batilloi Warritay (UNICEF), Helder Neto (Banco Africano de Desenvolvimento), Leila Quaresma (Cooperação Brasileira), Maitê Mendizabal (Cooperação Espanhola), Nuno Vaz (Cooperação Portuguesa), Paulo Neves (Cruz Vermelha Santomense) e Tsung-che Chang (Cooperação Taiwanesea).

### **Grupo de Peritos Locais**

Eduardo Garrido (Projecto Saúde para Todos), Filipina Vera Cruz (Observatório da Pobreza), Lúgia Barros (Direcção de Recursos Naturais e Energia), Lurdes Santos (Instituto Nacional para a Promoção do Igualdade e Equidade do Género), Victor Bonfim (Direcção de Conservação, Saneamento e Qualidade do Ambiente) e Sérgio Carvalho.

### **Enquadramento**

i).O documento da Estratégia Participativa e a sua utilidade.

O presente documento constitui a Estratégia Participativa de São Tomé e Príncipe para a Água e Saneamento, como elemento chave para a melhoria significativa e sustentável da situação do sector.

De acordo com a FAO (1995) “uma Estratégia da Água é um conjunto de acções de curto, médio e longo prazos orientadas para contribuir para os objectivos de desenvolvimento e para a implementação de políticas da

água. Tal como identificado no processo de elaboração deste documento, uma Estratégia Participativa para o sector apresenta benefícios<sup>1</sup> claros, donde se destacam:

Inclusão das populações mais desfavorecidas, nomeadamente os homens e as mulheres das comunidades agrícolas, piscatórias, na elaboração e na acção;

Definição de objectivos claros, reconhecendo a situação de referência e apontando as acções que permitam atingir os objectivos e os meios a utilizar;

Estabelecimento de orientações claras para a avaliação;

Melhor coordenação entre os diferentes actores;

Melhor mobilização de recursos financeiros.

**Todavia, há também riscos<sup>2</sup> que não devem ser ignorados, nomeadamente:**

Não estar de acordo com a Visão política para o sector;

Não estar de acordo com a realidade do país;

Não conseguir um mecanismo de financiamento para a implementação;

Ausência de uma vontade política para a implementação;

A sua implementação de forma não consequente poderá gerar descrédito;

Não monitorizar a implementação pode reduzir o impacto;

Má comunicação da estratégia para os detentores de interesse (beneficiários), gerará incompreensão sobre o processo e resultados.

O presente documento foi elaborado de forma a cumprir o seu objectivo, potenciar os seus benefícios e prevenir os riscos daí decorrentes.

As figuras 1a) e 1b) apresentam, de forma esquemática, o potencial de um sector da Água e Saneamento COM e SEM Estratégia definida.

*1-Tal foi abordado nas sessões de auscultação das Comunidades Locais e do Grupo de Trabalho de Água e Saneamento, da Parceria Nacional da Água.*

*2-Idem.*

Figura 1a. – Actuações no Sector SEM enquadramento de uma Estratégia

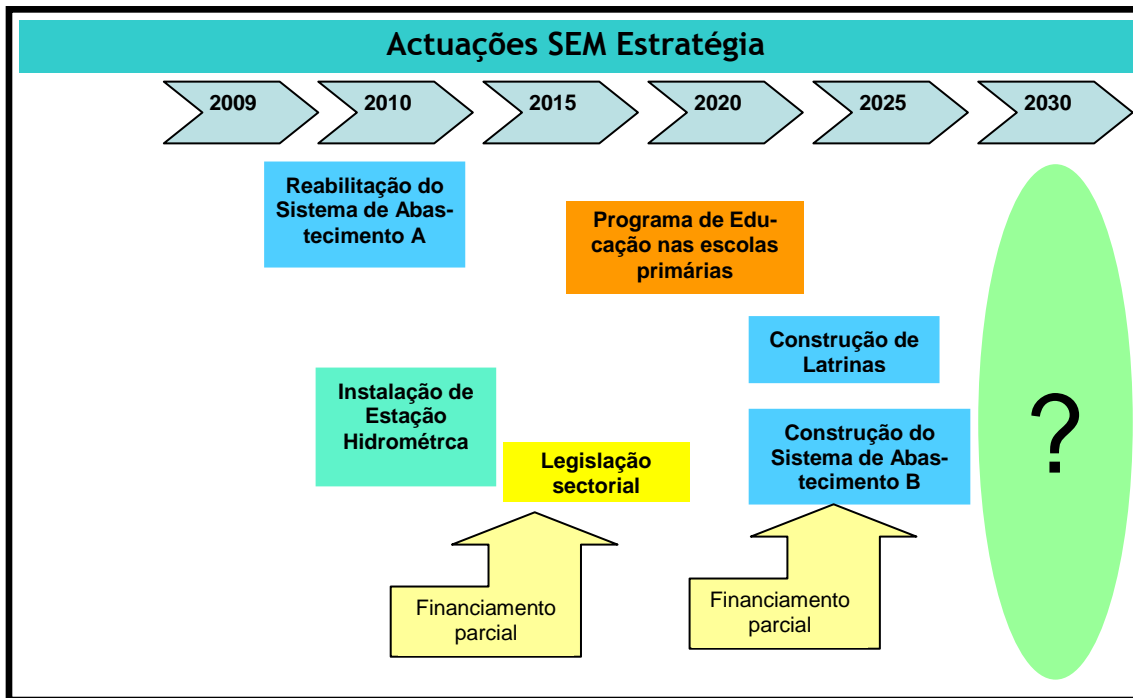
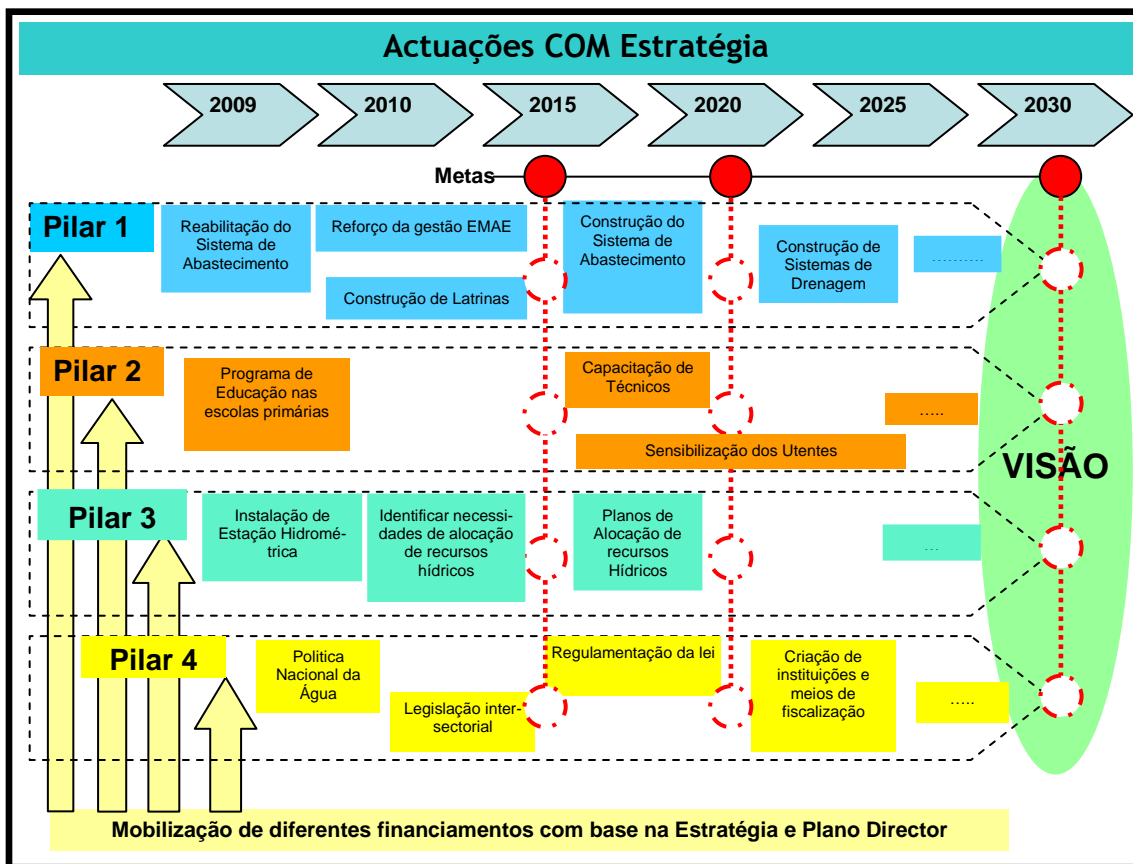


Figura 1b. - Actuações no Sector COM enquadramento de uma Estratégia (exemplificativo)



**A presente Estratégia para 2009 a 2030 tem uma importante utilidade ao:**

Promover a coordenação de todo o sector, através de uma abordagem integrada à gestão dos recursos hídricos a nível nacional;

Estabelecer uma Visão para o que, no entender Nacional, deve ser a situação do sector da água e Saneamento dentro de 20 anos;

Definir os pilares de concentração da actuação do sector;

Estabelecer objectivos, metas e acções concretas que têm de ser atingidos – a curto, médio e longo prazo, para assegurar a persecução da Visão;

Indicar como podem os objectivos e acções serem articulados para assegurar a sua eficaz implementação;

Constituir a base para a actualização do Plano Director do sector (prevista para 2009-2010), que assim definirá as opções técnicas mais apropriadas para assegurar a persecução de cada meta desta Estratégia;

Servir de base para a definição das prioridades políticas, dado que foi um documento elaborado e participado por um amplo grupo de representantes da sociedade Santomense.

Permitir a consolidação dos planos de investimento para o sector e mobilização de mais e melhores opções de financiamento;

Estabelecer uma ferramenta única para monitorização dos progressos de todo o sector, promovendo a eficiência e a eficácia das acções, bem como a participação de todos os actores e a transparência.

**ii) A metodologia de elaboração**

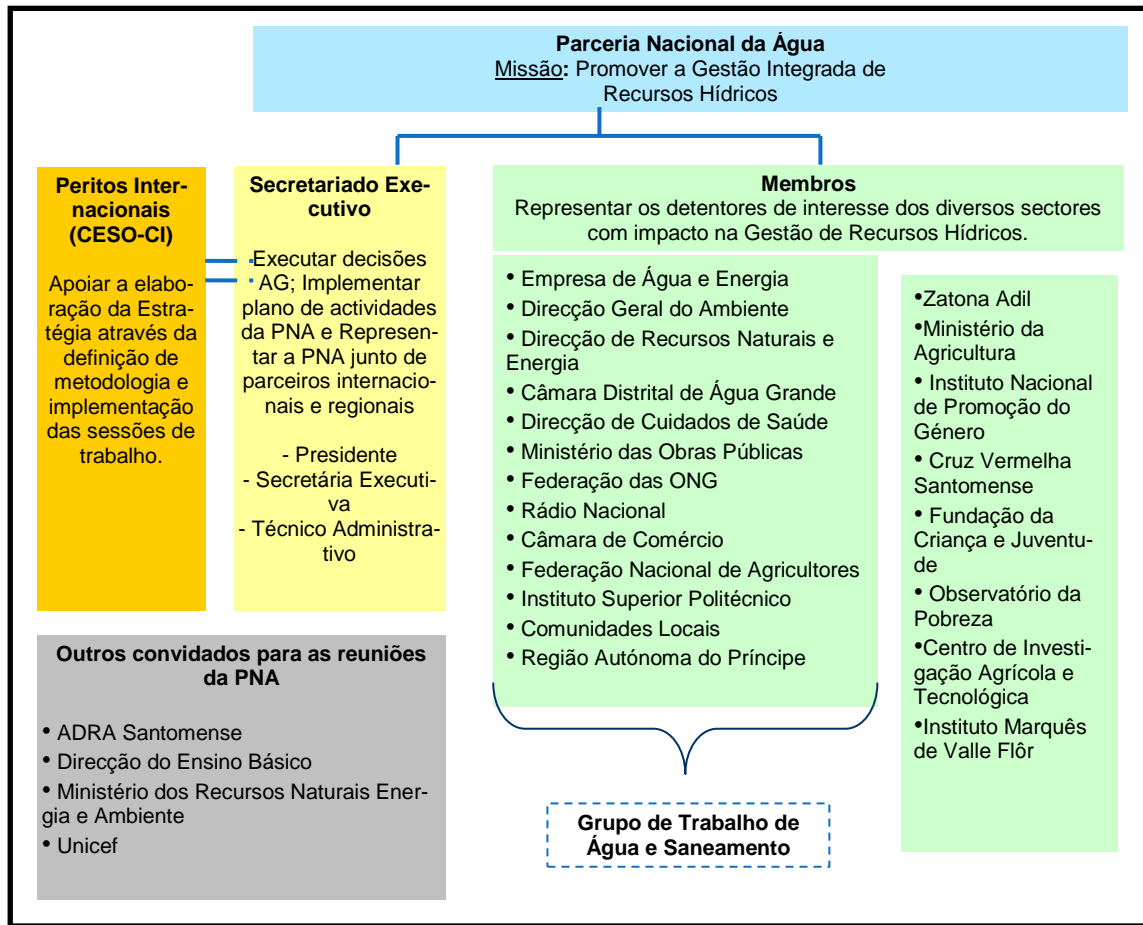
Foi desenvolvida uma metodologia específica para a definição da Estratégia Participativa para a Água e Saneamento de São Tomé e Príncipe para 2030, com o especial intuito de assegurar o seu carácter de documento elaborado para e pelos verdadeiros detentores de interesses, i.e. os cidadãos e as cidadãs de São Tomé e Príncipe, em oposição a documentos estabelecidos por entidades ou pessoas externas. Assim, a Estratégia foi elaborada em 3 fases (ver figura 2).

Figura 2. Fases de elaboração da Estratégia



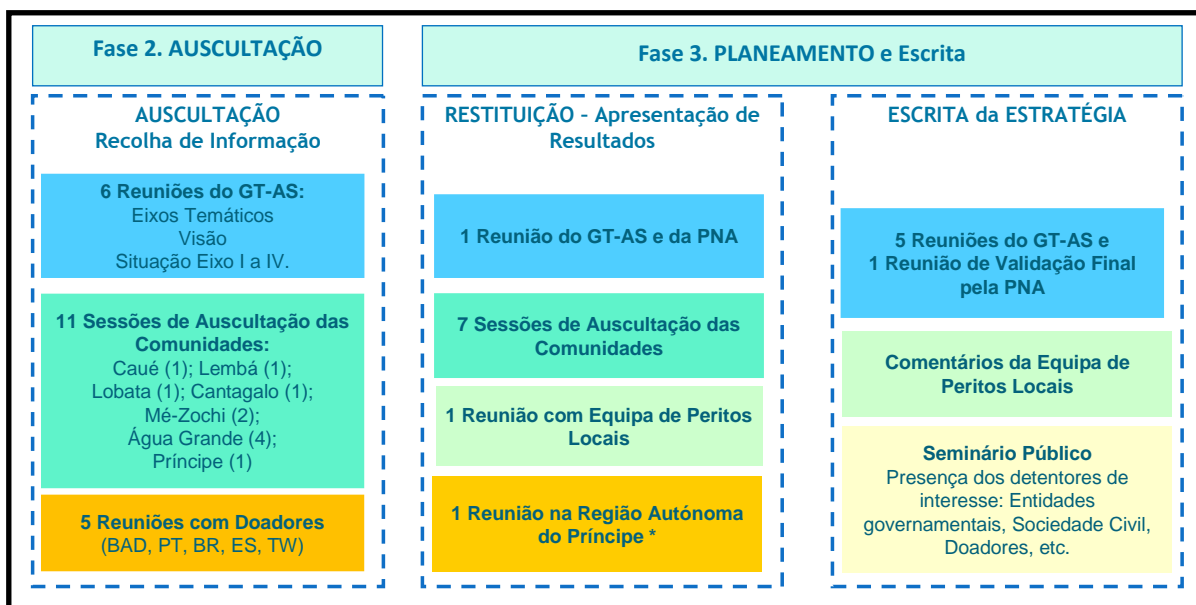
A FASE 1- Preparação, permitiu identificar as pessoas e entidades a envolver na fase de planeamento e constituir uma equipa de entre os parceiros para liderar o processo. Esta equipa foi denominada Grupo de Trabalho de Água e Saneamento (GT-AS) identificada no âmbito da Parceria Nacional da Água (PNA) (ver figura 3). A primeira tarefa do GT-AS foi estabelecer consenso sobre a necessidade (benefícios e riscos) da Estratégia. A PNA promoveu ainda o envolvimento de outras organizações de forma a alargar a recolha de informação e promover uma visão ampla das perspectivas do sector.

Figura 3. Parceria Nacional da Água (PNA) e Grupo de Trabalho de Água e Saneamento (GT-AS)



A FASE de Auscultação (2) permitiu, através de um conjunto alargado de reuniões e eventos, recolher informação relevante, tendo em conta a especificidade do género, envolver os detentores de interesse e efectivamente escrever e validar o documento de Estratégia (ver figura 4).

Figura 4. Acções Desenvolvidas nas fases de Auscultação, Planeamento e Escrita



Tal como reflectido na estrutura do presente documento, a elaboração da Estratégia começou pelo estabelecimento de uma Visão, ou seja a “imagem” do que deverá ser a realidade do sector em 2030. Uma vez estabelecida a Visão, foram definidas as Metas, Indicadores e Acções tendo como ponto de partida a Situação do país e em particular do Sector em causa.

O delineamento efectivo do documento (FASE 3) foi realizado ao longo de um processo de trabalho que envolveu as comunidades locais, o Grupo de Trabalho e a Parceria Nacional da Água bem com uma equipa de peritos locais e um seminário público de validação de debate.

Para além deste 3 momentos de efectiva preparação do documento, a Estratégia Participativa continuará a ser um documento em evolução através da sua monitorização ao longo do seu período de vigência, tal como será estabelecido no capítulo 5 deste documento.

O Anexo A apresenta informação mais detalhada sobre a Metodologia Participativa para elaboração da Estratégia Participativa para a Água e Saneamento de São Tomé e Príncipe para 2030. (PowerPoint)

*3- Em cada sessão de Auscultação das Comunidades, com a duração de 4 horas, participaram 10-15 pessoas que trabalharam em grupos divididos em homens e mulheres.*

### iii) O presente documento da Estratégia

Assim, a Estratégia Participativa de São Tomé e Príncipe para a Água e Saneamento começa por estabelecer uma visão para o sector da Água e Saneamento no horizonte de 2030. Visão definida resulta da selecção pelo

GT-AS, constituído por 14 representantes dos diferentes detentores de interesse a nível nacional, de uma das visões propostas pelas comunidades locais, no âmbito do processo de auscultação, como forma de assegurar uma forte identificação da visão com as expectativas dos santomenses.

O Segundo capítulo faz um resumo dos principais temas que permitem traçar a situação de referência do sector, de modo a assegurar que os objectivos e metas subsequentes, estão de acordo com as necessidades, capacidades e recursos do país.

O Terceiro capítulo estabelece os objectivos, metas e acções principais que devem ser implementadas com vista à persecução dos objectivos. Tal está organizado em 4 grandes pilares, definidos no âmbito do processo participativo, Educação, Capacitação e Sensibilização; Infra-estruturas; Política e Instituições; e Gestão Integrada de Recursos Hídricos incluindo Identificação dos Recursos, Alocação e Monitorização. Esta secção é ainda apoiada por um Anexo (C. Ferramenta de Apresentação e Monitorização da Estratégia: Indicadores, Metas e Acções) que constitui uma ferramenta de apoio à implementação e monitorização da Estratégia.

O Quarto capítulo apresenta a Metodologia de Acompanhamento e Monitorização da implementação da Estratégia, de forma a apoiar o acompanhamento do seu efectivo impacto e identificar eventuais necessidades de actualizações.

O capítulo final aponta as conclusões e próximos passos com vista à efectiva adopção e implementação da

estratégia. Aqui se incluem algumas considerações relevantes quanto ao compromisso político pressuposto neste documento, bem como iniciativas que permitam apoiar a mobilização de recursos humanos, financeiros e materiais para a implementação desta estratégia

#### iv) A sua utilização e próximos passos

O presente documento deve ser utilizado como referência que estabelece a Estratégia Participativa para a Água e Saneamento de São Tomé e Príncipe para 2030 e deverá servir de guião base para a revisão do Plano Director do sector a concluir em 2010-2011.

### 1. VISÃO: A Água e Saneamento em 2030

A Visão nacional para o sector da Água e Saneamento em 2030 é<sup>5</sup>:

**Em 2030, a população de São Tomé e Príncipe tem um acesso a água potável e saneamento adequados e beneficia de uma boa gestão integrada dos recursos e dos sistemas que garante a saúde e o desenvolvimento sustentável do país.**

A “Visão” de um sector é a realidade que se pretende que esse sector venha a ter num determinado momento. Assim, a Visão acima mencionada constitui o que São Tomé e Príncipe estabelece como o que deve ser a situação efectiva da Água e Saneamento em 2030.

É com base nesta Visão que é definida toda a estratégia nacional do sector que, partindo da realidade actual (Situação), define os Objectivos, Metas e Acções que têm de ser executadas de forma a assegurar a concretização da Visão em 2030.

5- A presente visão resulta da selecção pelo GT-AS de uma das visões propostas pelas comunidades locais, no âmbito do processo de auscultação.

## 2. Situação

### 2.1. Contexto de desenvolvimento do País

#### 2.1.1. Situação geográfica e económica

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um país situado no golfo da Guiné, com uma área de 1001 km, tendo São Tomé 859 km e o Príncipe 142 km<sup>2</sup> e uma população de aproximadamente 158 mil habitantes (estimativa 2008, INE STP). Aproximadamente 56% da população vive em áreas urbanas, dos quais 40% se encontram concentrados na capital, São Tomé. O país tem um clima do tipo equatorial, quente e húmido, onde as temperaturas médias anuais oscilam entre os 22°C e os 30°C. É um país com uma multiplicidade de microcli-

mas, definidos, principalmente, em função da pluviosidade, da temperatura e da localização.

No que se refere a níveis de desenvolvimento, o país encontra-se posicionado na posição 128 no ranking de 179 países do Índice de Desenvolvimento Humano do Relatório do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas 2006. A população pobre representa 53,8%, sendo que 65% da população no meio rural encontram-se na pobreza.<sup>6</sup>

Tabela 1. Evolução de alguns Indicadores Macroeconómicos

Indicadores	2004	2005	2006	2007	Média
Taxa de crescimento efectivo da população	1,96	1,95	1,94	1,91	1,94
Taxa real de crescimento do PIB	6,60	5,70	6,68	6,00	6,25
Inflação anual	15,20	17,20	24,60	27,60	21,15
PIB per capita (USD)	730,98	763,98	764,26	-	753,07
APD (milhões USD)	18,86	14,63	10,41	-	14,63
APD por habitante (USD)	130,00	98,2	69,00	-	99,50

Fonte: Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe

Em termos económicos São Tomé e Príncipe tem um PIB per capita de 764 USD<sup>7</sup> e o rendimento per capita é de 510 USD (2006). Até 2005, o país mostrou uma evolução macroeconómica inferior às previsões, com uma taxa de crescimento anual de aproximadamente 4% em 2003, 2004 e 2005. Em contrapartida, em 2006 o país registou uma taxa de crescimento de 8%, e de 7% para 2007. O Fundo Monetário Internacional prevê um declínio para 5% em 2009 em linha com a contracção económica mundial. A sua economia está tradicionalmente centrada na agricultura, particularmente na exportação de cacau. O sector do turismo tem vindo a ganhar expressão nos últimos anos. O crescimento económico encontra-se fortemente concentrado no sector dos serviços, que representa 68% do PIB e emprega 52% da força laboral. O sector industrial representa 15% do PIB e emprega 19% da população, dominado pelo sector público através da energia e construção. Um mercado nacional limitado aliado a um forte domínio do sector público e um fraco ambiente institucional resultam num contexto pouco atractivo para o desenvolvimento privado. Consequentemente a economia encontra-se fortemente dependente de

exportações resultando num défice estrutural da conta corrente, representando 61,5 % do PIB em 2004.

*Resultados do Inquérito sobre as condições de vida das famílias em STP (2001).*

7 – Dados do INE, 2006.

## 2.1.2. Actividades Produtivas

### i) Sector Primário

De acordo com Country Strategy Paper do BAD, em 2003 o sector primário representava a principal fonte de rendimento para 29% da população activa. Apesar da sua fraca expressão no PIB, representando apenas 17%, o sector é uma das principais fontes de divisa estrangeira resultante das exportações de cacau. Além do cacau, os principais produtos agrícolas exportados são o café e o óleo de palma<sup>8</sup>. Em 1991, a reforma agrária no âmbito do programa de ajustamento estrutural promovido pelo Banco Mundial, resultou na distribuição das propriedades agrícolas através de concessões, ignorando a necessidade de enquadramento institucional propício ao aumento de produtividade e empreendedorismo. Confrontado com uma produção agrícola limitada, o país recorre à importação de bens alimentares (36% do total das importações).

Apesar do elevado potencial, o subsector da pesca representava, em 2001, menos de 2% do PIB. O subsector caracteriza-se essencialmente pela pesca de subsistência recorrendo a métodos artesanais, representando 90% do volume pescado. Quanto ao subsector de produção animal, é composto por 12.000 criadores dos quais 50% são mulheres. A produtividade no subsector mantém-se baixa e dominada pela produção familiar tradicional. A exploração animal caracteriza-se por ser predominantemente extensiva fazendo uso de pastagens e espaços naturais. Apesar dos esforços para incrementar a produção animal e da existência de condições naturais propícias ao seu desenvolvimento, não tem havido uma evolução demarcada no rendimento dos produtores nem uma diversificação da dieta através do aumento do consumo de carne. O desenvolvimento deste sector tem um elevado potencial de contribuir para a redução da pobreza, em particular na redução da má nutrição. A expansão da indústria turística poderá constituir uma oportunidade no mercado nacional para o desenvolvimento deste subsector, através de um aumento da capacidade de abastecimento por parte dos pequenos produtores, bem como da promoção de ligações entre produtores e as unidades hoteleiros.

No que concerne ao subsector do petróleo, a sua existência off-shore nas águas territoriais profundas parece ser certa, de acordo com as declarações das empresas petrolíferas. No entanto, não se conhece nem a quantidade, nem a qualidade, ou tampouco as condições de extracção. As perspectivas de retorno financeiro da

exploração petrolífera encontram no horizonte do médio/longo prazo, a melhor estimativa em 2012. Este impasse deixará o arquipélago dependente de financiamento externo e com uma forte incidência de pobreza. O petróleo poderá contribuir para o crescimento do país, enquanto os recursos gerados sejam geridos com transparência e de acordo com os padrões de contabilidade pública. Neste sentido, São Tomé e Príncipe apresentou uma candidatura à Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas (EITI).

8 – Para além destes produtos mencionados no documento do BAD, actualmente são também exportados produtos como a Baunilha, a pimenta e as flores.

### ii) Sector Secundário e Infra-estruturas

Este sector contribui para 14,6% do PIB e emprega 18,8% da população activa<sup>9</sup>. A vantagem comparativa assente nos recursos naturais é limitada pela pequena dimensão do mercado e pelos elevados custos de transacção, os quais não permitem as economias de escala necessárias ao desenvolvimento industrial. O sector da energia representa 4,45% do PIB e a construção 4,4%. As principais actividades de processamento são a panificação, cerâmica, cerveja, óleo de palma, sabão, e materiais de construção (tijolos, madeiras etc).

No que diz respeito às infra-estruturas, a situação é extremamente precária no que se refere aos transportes rodoviários, com uma rede limitada e muito degradada e aéreos já que o aeroporto internacional carece de remodelação urgente, o que limita o número de voos internacionais e agrava as já graves dificuldades da dupla insularidade da Ilha do Príncipe. Também o subsector da energia e abastecimento de água apresentam carências muito significativas. De acordo o Programa Investimento Público proposto para o triénio 2006-2008, no âmbito da Estratégico para a Redução da Pobreza do Banco Mundial (Banco Mundial, 2005), o subsector das infra-estruturas consome 31,5% do investimento global proposto (168 milhões de USD) (ver tabela 2).

É de salientar que se encontram actualmente em fase de arranque intervenções significativas na área das infra-estruturas, que inevitavelmente importa ter em consideração, nomeadamente a construção do porto de águas profundas (acordo de construção assinado em Novembro de 2008, bem como a criação da zona franca e a reabilitação do aeroporto Internacional de São Tomé.

9 – Dados de 2003.

### iii) Sector Terciário

Este sector é o principal motor da economia, representando 68% do PIB e empregando 52% da população activa. Os serviços públicos representam 28% do PIB, sendo que o comércio e transportes representam 27%, seguido do sector financeiro com 11%. O turismo tem-se

tornado a principal fonte de rendimento, representando 50% dos rendimentos das exportações, tendo-se registado um aumento 37% no número de turistas desde 2003. Apesar deste subsector ser considerado estratégico para o desenvolvimento do país, ele apresenta sérios constrangimentos, nomeadamente a distância e os elevados custos como destino turístico, tornam o país pouco competitivo no mercado mundial. Para além disso, as fracas infra-estruturas de transportes, água, electricidade e comunicações limitam o seu crescimento. De forma a contornar estes constrangimentos, em 2001 o Governo elaborou uma estratégia para o desenvolvimento turístico com o objectivo de promover o emprego e o crescimento económico.

Tabela 2: Distribuição dos custos do Programa Investimento Público para o triénio 2006-2008

Sector	Percentagem	
Governança		12,0
Agricultura, Pesca, Floresta, Pecuária Turismo		12,5
Total Infra-estruturas		31,5
• Estradas Principais	18,5	
• Porto	2,5	
• Aeroporto e Infra-estruturas	10,5	
Água. Saneamento e Ambiente		12,5
Energia		3,5
Saúde		11,0
Educação		14,0
Ordenamento Urbano		1,0
Protecção Social		1,0
Seguimento e Avaliação da Pobreza		1,0
TOTAL		100 %

Fonte: PRSP 2005

A Tabela 2 resume a distribuição percentual do PIP previsto para o triénio 2006-2008 para os diferentes sectores de intervenção actividades do sector primário, secundário e terciário.

### 2.1.3. Saúde

Os programas de saúde básica de São Tomé e Príncipe permitiram melhorar alguns dos indicadores do país. De acordo com o QUIBB (2005) cerca de 74% dos agregados familiares têm acesso a serviços de saúde a 30 minutos ou menos de marcha, se bem que se verifiquem ainda grandes disparidades entre zonas urbanas e rurais com 87% e 59% respectivamente (ver tabela 3). No que se refere a saúde materno infantil, 68% das mulheres grávidas reportam terem sido assistidas pelo programa de controlo e acompanhamento (65% meio urbano e 72% meio rural) e 85% das parturientes reportam terem sido assistidas no parto.

Tabela 3. Resumo Indicadores Básicos do Bem-Estar: Saúde.

Serviço de Saúde	Total	Margem de Erro	Rural	Urbano	Água Grande	Outro Urbano
Acesso	74,1	7,9	59,0	87,0	86,1	88,9
Necessidade	18,7	1,7	17,9	19,3	19,0	20,0
Utilização	14,9	1,4	14,7	15,1	14,6	16,1
Satisfação	68,6	5,0	68,5	68,7	69,1	67,9
Programa de controle e acompanhamento	68,3	4,2	71,6	65,1	65,5	64,5
Assistência profissional durante o parto	85,1	2,0	68,4	90,7	0,0	0,0

Fonte: QuiBB-2005, INE São Tomé e Príncipe

De acordo com dados do 2.º relatório nacional dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (2008), a taxa de mortalidade infantil baixou de 61/1000 nascidos vivos em 2002 para 43/1000 em 2006 e a taxa de mortalidade infanto-juvenil caiu de 101 para 52 por mil nascidos vivos no mesmo período. A taxa de mortalidade materna é ainda elevada, 75,7 por 100 mil nascidos vivos em 2006. O VIH/SIDA parece ter ainda uma prevalência relativamente baixa, na ordem de 1%<sup>10</sup>. Todavia a prevalência em mulheres grávidas na faixa etária dos 15-24 anos atingiu em 2005 os 1,5%<sup>11</sup> o que se traduz num aumento de 15 vezes em relação ao registado 2001 (0,1%). De acordo com o INE a esperança média de vida passou de 59 anos em 1970 para 66,8 anos em 2008 (69,3 nas mulheres e 64,2 nos homens) e a mortalidade infantil diminuiu de 70/1000 em 1970 para 41/1000 em 2008.

O paludismo, até recentemente o principal problema de saúde pública no país, encontra-se controlado graças à intervenção da cooperação internacional, tendo-se registado 11 mortes em 2008, o que constitui uma redução muito significativa em relação às 193 registadas em 2003. O surto de cólera sob forma epidémica que ocorreu no início de 2005 foi oficialmente dado como controlado no segundo trimestre 2006.

No âmbito das sessões participativas realizadas para a preparação desta estratégia, as comunidades locais identificaram como problemas centrais do sector da água e do saneamento a deficiente Qualidade da Água, a Insuficiente Quantidade da Água e os Comportamentos Inadequados de Higiene. Segundo a percepção das comunidades, a principal consequência destes três problemas identificados é a incidência de doenças de origem hídrica. Para além disso foi ainda apontado que a má qualidade da água tem por consequência a morte e a velhice precoce.

O estudo realizado sobre a análise dos indicadores de saúde no quadro da Estratégia de luta contra a pobreza (2002) indica que a diarreia manifesta-se mais em crianças que vivem no meio urbano (19,5%) que aquelas que vivem no meio rural (16,9%). Esta disparidade é explicada pelo facto de haver maior concentração da população

no meio urbano. O estudo indica ainda que cerca de 50% de crianças do distrito de Caué sofreram de diarreia em 2000, valor que baixa para 30,6% em Lembá e 21% em Lobata. O estudo considera esta situação inquietante e recomenda a intensificação das actividades de Informação, Educação e Comunicação (IEC) em matéria de saneamento do meio, bem como aponta medidas que devem ser tomadas em relação à diarreia no quadro da redução da mortalidade infantil. Mais recentemente, a Análise Global da Segurança e da Vulnerabilidade Alimentar (CFSVA, 2007) indica que as doenças que mais afectam as crianças de 0 a 14 anos são a diarreia, o paludismo e as infecções respiratórias. A região autónoma de Príncipe regista o maior número de casos de diarreias (63% de doentes), seguida de Mézochi (61%), Lobata (56%), Água Grande (46%), Cantagalo e Cauê (33%). O estudo indica ainda que os períodos de pico endémico registam-se principalmente na época das chuvas, o que sugere que a diarreia tem causas directamente ligadas à falta de qualidade da água

#### 2.1.4. Educação

De acordo com o 2º relatório nacional dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (2008), o sistema educativo conheceu um desempenho positivo desde 2004, tendo as taxas de escolarização aumentado de forma assinalável, assim como a performance do sistema educativo em geral.

Dados de 2005 (QUIBB) indicam que a taxa de alfabetização de adultos é de 84,4%, sendo 86,8% no meio Urbano (Água Grande atingiu 89,1%) e 81,4% no meio Rural. Na população juvenil este índice atinge os 94%, dos quais 95% no meio Urbano (Água Grande com 96,3%) e 92,3% no meio Rural. A taxa de frequência escolar atingiu 88% a nível nacional, variando entre 89,1% nos rapazes contra os 87% nas raparigas. Relativamente ao ensino secundário o acesso escolar representa 60,6% a nível nacional, sendo 69,2% no meio Urbano e apenas 50,2% no meio Rural, a taxa de frequência do ensino secundário ronda os 59,7%, dos quais 57,5% rapazes e 61,9% raparigas. Em termos de meio de residência, 62,9% de estudantes que frequentam a escola

secundária residem no meio Urbano e 55,8% no meio Rural.

Há ainda limitações significativas no que se refere às infra-estruturas de ensino e ao número de docentes. A Tabela 4. Apresenta um resumo das instituições públicas.

10 – Dados de 2001 do INE.

11 – Dados de 2005 do INE.

**Tabela 4.** Resumo situação das infra-estruturas de educação pública, número de docentes e de alunos no ano lectivo 2007/2008.

DADOS (2007/2008)	Pré-Escolar	Básico (1ª À 4ª)	Básico (5ª e 6ª)	Secundário (7ª à 9ª)	Secundário (10ª e 11ª)	Instituto S. P	Centro Politécnico
<i>Estabelecimento de ensino</i>	76	74	16	8	2	1	1
<i>Alunos matriculados</i>	7045	23247	9369	7263	1117	604	78
<i>Pessoal docente com formação pedagógica</i>	138	334	114	126	20	26	19
<i>Pessoal docente com formação outras áreas</i>	nd	25	28	28	9	25	2
<i>Pessoal docente sem formação</i>	127	349	188	63	0	nd	nd
<i>Cooperante</i>	0	0	0	0	13	0	0

**Fontes:** Dados Preliminares do Ministério da Educação.

Para além disso, há ainda a salientar a existência de 2 instituições privadas de ensino superior (Lusfada e IUCAI) com um total de cerca de 550 Alunos matriculados e dois liceus com um total de 1600 alunos.

É no entanto de notar que a qualidade do ensino está ainda longe do desejável.

## 2.2. Caracterização do Sector da Água e Saneamento

### 2.2.1. Política e Instituições

#### Legislação e Políticas

Não existe ainda uma política nacional para a água e saneamento ou para reger os recursos hídricos em geral, o que constitui uma das principais fraquezas estruturais do sector. Há apenas um conjunto limitado de legislação dispersa com impacto na área, nomeadamente criando as instituições do sector, instaurando um código sanitário (1980) e regendo algumas das áreas ambientais. Com base nas sessões de participação do Grupo de Trabalho de Água e Saneamento (GT-AS) da Parceria Nacional da Água, realizadas no âmbito da elaboração desta estratégia, foram identificados os seguintes documentos legais relevantes para o sector:

Decreto-lei 59/80 de 18/12/1980 – Cria o código sanitário e estabelece os parâmetros e os limites para qualidade e quantidade da água e de higiene e as atribuições do Ministério da Saúde. Este documento encontra-se desactualizado uma vez que reporta a valores de referência de 1980.

Lei-quadro 10/92 – (D.R.) n.º19 de 9/09/92 – Define a organização e os poderes dos distritos, nomeadamente no que se refere à água e saneamento. A principal limitação para a prossecução da legislação é a ausência de um enquadramento legal que estabeleça como esta gestão deve ser financiada e de um modo geral a inexistência de uma lei das finanças locais, situação que muito fragiliza estes órgãos de governo local.

Lei n.º 10/99 - (D.R.) nº15 de 31/12/1999 - Lei Base do Ambiente e o Decreto nº 37/99, (D.R.) nº12 de 3/08/99 sobre Avaliação do impacto ambiental - Introduce o conceito de poluidor - pagador, consumidor - pagador e protecção ambiental e aprova o regulamento sobre o processo de avaliação do impacto ambiental

Decreto-lei 09/00 –(D.R.) nº9 de 28/12/00 – Define os objectivos, atribuições e a organização do Ministério dos Recursos Naturais, Energia e Ambiente, bem como das

suas Direcções, incluindo a DRNE. Este decreto está desactualizado face à actual orgânica institucional.

Decreto-lei n.º14/2005 – (D.R.) n.º22 de 24/08/2005 – Define os objectivos e atribuições da Autoridade Geral da Regulação (AGER), que inclui competências também no sector da água.

Decreto-lei 40/08 – (D.R.) n.º74 de 01/12/08- Define a criação e funcionamento da Empresa de Água e Energia (EMAE).

É ainda de referir a Carta da Política Agrícola, documento que aguarda aprovação pela Assembleia Nacional, que estabelece a necessidade de água para os diferentes sistemas de produção e manutenção. A principal limitação desta legislação é não enquadrar a necessidade de água para a exploração pecuária.

A nível de documentos políticos relacionados com os sectores da água e do saneamento são essenciais:

VII Constituição da República - ponto 2, artigo 4 «Território nacional» indica que o Estado Santomense exerce sua soberania sobre todo o território nacional, o subsolo do espaço terrestre, o fundo e o subsolo do território aquático formado pelo mar territorial e as águas arquipelágicas, bem como sobre os recursos naturais vivos e não vivos que se encontrem em todos os espaços supramencionados e os existentes nas águas suprajacentes imediatas às costas, fora do mar territorial, na extensão que fixa a lei, em conformidade com o direito internacional.

Estratégia de Redução da Pobreza, estabelece os objectivos nacionais a nível do acesso a água potável e saneamento básico, bem como para o desenvolvimento de sistemas de irrigação. Há a percepção de que o documento tem fraca apropriação e faltam recursos financeiros para a sua implementação.

A principal lacuna identificada a nível de legislação no sector é a inexistência de uma política nacional da água e sua regulamentação, que abranja toda a amplitude da gestão dos recursos hídricos, bem como as questões relacionadas com o saneamento. Resultante do diagnóstico do GT-AS foram identificadas as limitações e consequências que decorrem da não existência deste documento essencial:

Definição pouco clara dos intervenientes do sector, das suas atribuições e competências. Esta imprecisão conduz à sobreposição de tarefas/funções e consequente ao desperdício de meios financeiros, humanos e materiais;

Não definição de objectivos e metas concretas a alcançar. Esta falta de clarificação limita gravemente o sentido de urgência da actuação no sector;

Não definição de taxas e coimas. A principal consequência é a não recuperação de custos de investimento, a promoção de desperdícios e não responsabilização das pessoas pelos recursos;

Não definição em pormenor do modelo de gestão tanto dos recursos hídricos como do saneamento. Tal resulta na descoordenação e desorganização e no consequente desperdício de recursos e ineficiência na prestação dos serviços de abastecimento de água e saneamento às populações.

### Instituições

No que diz respeito às instituições existentes no sector da água e saneamento, o GT-AS identificou os principais intervenientes, as suas funções e diagnosticou os principais constrangimentos.

O Ministério dos Recursos Naturais, Energia e Ambiente (MRNEA)<sup>12</sup>, legisla e tutela as Direcções abaixo mencionadas e a EMAE. Principais Constrangimentos: i) N.º de quadros limitado, ii) Falta de quadros capacitados, iii) Falta de Modernização do sector, iv) Falta de Legislação;

A Empresa de Água e Energia (EMAE) é a responsável por garantir o abastecimento de água (captação, transporte, tratamento e distribuição) e energia. Principais Constrangimentos: i) Falta de meios financeiros e capacidade de gestão, ii) Sistemas antigos e em mau estado de conservação;

A Direcção de Recursos Naturais e Energia (DRNE)<sup>13</sup> é responsável por contribuir para a definição e implementação de uma política para a água, recursos geológicos e Energia. Principais Constrangimentos: i) N.º de quadros limitado, ii) Falta de quadros capacitados, iii) Falta de Modernização do sector, iv) Falta de Legislação;

A Direcção Geral do Ambiente (DGA) enquanto entidade responsável pela política ambiental. Principais Constrangimentos: i) Falta de quadros capacitados e recursos financeiros;

A Direcção da Conservação da Natureza, Saneamento e Qualidade do Ambiente, responsável por implementar medidas de promoção do saneamento. Principais Constrangimentos: i) Limitada actuação no sector do saneamento.

Os Ministério da Saúde, da Indústria, do Comércio e do Turismo, co-responsáveis pela gestão dos resíduos (Decreto n.º 36/1999). Principais Constrangimentos: i) Falta de financiamento, ii) Falta de técnicos;

A Direcção dos Cuidados de Saúde (DCS) responsável pelo controle da qualidade microbiológica da água. Principais Constrangimentos: i) Falta de quadros capacitados, ii) Falta de meios materiais e financeiros;

O Ministério das Obras Públicas, Infra-estruturas e Telecomunicações (MOPIT), responsável pela construção e reabilitação de sistemas de águas residuais e drenagem. Principais Constrangimentos: Falta de financiamento;

A Direcção de Agricultura (DA) responsável por definir a política de Agricultura/irrigação, garantir irrigação adequada e controlar as substâncias químicas. Principais Constrangimentos: i) Incapacidade para assegurar manutenção das valas de irrigação, ii) Falta de Legislação, iii) Falta de quadros formados;

A Autoridade Geral da Regulação (AGER), responsável por regular a actividade de diversos sectores, incluindo da água. Principais constrangimentos: i) Ainda tem uma actividade pouco significativa neste sector;

As Câmaras Distritais e Regionais, responsáveis pela construção de pequenos sistemas de abastecimento de água e gestão das pequenas infra-estruturas, tais como fontanários, lavandarias, protecção de nascentes. Principais Constrangimentos: i) Falta de financiamento, ii) Falta de técnicos;

As Organizações Não Governamentais (ONG) intervem no melhoramento de pequenos sistema de abastecimento da água e saneamento no meio Rural e semi-urbano; Sensibilizar as comunidades para o bom uso da água. Principais Constrangimentos: i) Não possuem laboratório logo não controlam qualidade da água de acordo com a legislação, ii) Fraca participação da população na manutenção das obras.

O GT-AS identificou ainda as instituições que necessitam ser criadas, as suas atribuições bem como os impactos da sua inexistência no bom funcionamento dos sectores da água e do saneamento.

Comités de bacia hidrográfica, responsáveis pela gestão das bacias, controlo de quantidade, limpeza das margens dos rios e protecção das nascentes. Consequência da sua inexistência: Poluição dos recursos hídricos, assoreamentos e diminuição dos caudais.

Direcção Geral de Água, responsável pela implementação da Política nacional da água. Consequência da sua inexistência: Insuficiente controlo sobre a situação do abastecimento.

Gabinete de controlo e fiscalização, responsável pela criação de um sistema de controlo e fiscalização. Consequência da sua inexistência: Falta de controlo da quantidade (roubo) e qualidade da água.

Foram ainda apontadas a necessidade de criação de gabinetes técnicos de água e saneamento nas Câmaras distritais/ regional capacitados para implementar as responsabilidades definidas na legislação já em vigor, bem como Instituições de pesquisas e ensino que permitam

desenvolver e aplicar mais e melhor conhecimento e formar quadros para fortalecer as instituições.

De um modo geral, tanto ao nível das políticas como das instituições, foi ainda considerado que em muitos casos a carência é efectivamente ao nível da implementação dos princípios e responsabilidade estabelecidas. Assim, a criação de novos documentos legais e/ou instituições dever ser precedida de iniciativas que promovam a efectiva implementação das leis bem com a execução das atribuições estabelecidas para as instituições.

*12 – Em Setembro de 2010 o MRNEA passou a estar integrado no Ministério das Obras Públicas e Recursos Naturais.*

*13 – Apesar de um Decreto-Lei de 2009 instituir a Direcção Geral de Recursos Naturais e Energia, na Prática mantêm-se a designação de DRNE.*

### **Gestão Integrada de Recursos Hídricos**

São Tomé e Príncipe possui um elevado potencial hídrico composto de mais de 50 cursos de água alimentados por índices de precipitação relativamente elevados, variando entre 1.000 a 5.000 mm de chuva por metro quadrado. Estes cursos de água têm um volume total estimado em 2.1 milhões de m<sup>3</sup>, o que equivale a uma capacidade de abastecimento na ordem dos 10.000m<sup>3</sup>/ano/habitante. Esses recursos estão distribuídos de forma desigual, o que expõe determinadas regiões à penúria de água, sendo que mais de 60% dos cursos de água situam-se nas zonas Sul e Sudoeste de ambas as ilhas. Estima-se que apenas 0,4% do volume total de água existente são utilizados<sup>14</sup> A isto há a juntar os recursos subterrâneos (lençóis freáticos) que se estimam relativamente abundantes, mas que estão ainda mal quantificados.

O país carece de capacidade própria para assegurar o aproveitamento e gestão eficaz e sustentável destes recursos. Os dados hidrométricos existentes datam da época colonial e de 1988 a 1991 período em que se instalou uma rede hidrométrica constituída por 13 estações posteriormente sujeitas a vandalismo. Todavia em 2008 foram instaladas duas únicas estações hidrométricas que constituem um primeiro passo para voltar a criar a capacidade permanente de monitorização dos recursos. A alocação dos recursos é ainda deficitária em particular ao nível do abastecimento domiciliário (ver capítulo infra-estruturas).

Apesar de não existir um acompanhamento permanente da qualidade dos recursos hídricos, dados pontuais apontam para focos de contaminação da água dos rios e das fontes de abastecimento às populações, resultantes da falta de infra-estruturas de saneamento e do uso de químicos agrícolas.

No âmbito das reuniões de auscultação junto das comunidades<sup>15</sup> foram identificadas como principais causas para a deficiente qualidade da água por ordem de importância: sistemas inadequados, sistemas degradados, vandalismo, falta de sensibilização, falta de apoio do governo e investimento insuficiente. Como principais causas da quantidade de água insuficiente foram identificadas por ordem de prioridade: sistema de abastecimento inadequado, falta de vontade política, sistema de abastecimento degradado, vandalismo, falta de financiamento, fraca manutenção e comunidades não mobilizadas. Neste sentido pode-se verificar que, para as comunidades, uma das principais causas da insuficiente quantidade e qualidade de água é a degradação dos sistemas de abastecimento de água bem como a sua inadequação face à demanda.

No que se refere ao saneamento o principal problema identificado pelas comunidades foi comportamentos inadequados de higiene por parte das populações. As principais causas identificadas que conduzem a estes comportamentos são, por ordem de prioridade: i) fraca sensibilização da comunidade, ausência e insuficiência de infra-estruturas de saneamento, fracos recursos financeiros, fraca disponibilidade de água, a estrutura da casa não permite instalação de latrinas e falta de manutenção.

De acordo com o QUIBB (2005), 96,8% da população tem acesso à água e 88,7% tem acesso a água canalizada<sup>16</sup> Todavia, o acesso seguro à água potável<sup>17</sup> é ainda muito mais baixo. Com efeito a cobertura em 2001 era de 19% tendo atingido os 38% em 2006. No meio rural e semi-urbano, a taxa de acesso à água potável passou de 6,4% para 12,6 entre 2001 e 2006, enquanto em meio urbano a cobertura variou em média de 29% em 2001 para 57,2% em 2006.

A maior parte do acesso é assegurada através de um conjunto não uniforme de fontanários e de 16 sistemas urbanos de abastecimento, apenas dois dos quais garantem água 24 horas/dia. Os sistemas de abastecimento de água urbanos são compostos por captações de água de superfície ou nascentes, uma conduta adutora, estações de tratamento de água de superfície ou postos de desinfecção para as águas de nascentes, reservatórios de regulação e a rede de distribuição com os respectivos componentes. Os sistemas das zonas rurais são mais simples compostos apenas pela captação, adução e fontanários. Alguns têm um pequeno reservatório. É necessário sublinhar que mais de metade das famílias estão situadas a menos de 30 minutos de caminhada ida e volta de casa à fonte de água mais próxima, e são as mulheres (56%) que têm a responsabilidade de abastecer a família com água (CFSVA, 2007).

De salientar que as análises à qualidade da água são realizadas pontualmente e dos 16 sistemas de abastecimento somente 8 dispõem de um sistema de tratamento da água. A situação do abastecimento é agravada pela limitada capacidade da empresa estatal responsável pela

gestão dos 16 sistemas (EMAE) que apresenta manifestas dificuldades ao nível da gestão e manutenção das infra-estruturas por falta de capacidade técnica, financeira e agravada pelo avançado estado de degradação das mesmas.

Para além do consumo humano e das funções ambientais, os recursos hídricos são particularmente relevantes para a agricultura e produção eléctrica – estando a capacidade hidroeléctrica do país a aumentar nos últimos anos. Actualmente existem 4 centrais hidroeléctricas, com uma produção total de 7 GWh, ou seja 17,5% do total da energia produzida a nível nacional. Esta produção é claramente insuficiente para assegurar as necessidades energéticas básicas do país, sendo que apenas 48,5% das famílias santomenses têm acesso a energia eléctrica<sup>18</sup> mesmo que limitado apenas a algumas horas por dia.

A maior parte das infra-estruturas de abastecimento de água para as actividades agrícolas encontram-se em avançado estado de degradação. Recentemente intervenções de instituições como a ADRA, e a cooperação Taiwanese permitiram fazer a reabilitação de reservatórios e canais de rega para culturas alimentares.

A taxa de cobertura nacional em infra-estruturas de saneamento era de 16% em 2001, passando a 30% em 2006 com variações segundo o meio urbano ou rural. Em 2006, e em meio rural apenas 19,2% da população têm acesso a um sistema de saneamento contra 10,2% em 2001. Em meio urbano, em 2001 tinham acesso a um sistema de saneamento 20,8% dos habitantes tendo aumentado essa cobertura para 39,1 em 2006. Somente a cidade de São Tomé beneficia de um sistema embrionário de colheita de detritos sólidos que não têm qualquer tratamento. O saneamento das águas pluviais é ainda incipiente; em 2001 era de 1% passando a 1,1% em 2006. A evacuação das águas usadas das habitações faz-se geralmente para a rua, canais ou para a natureza.

*14 – Stratégie Nationale d’Adaptation Sur les Changements Climatiques (2004).*

*15 – Foram realizadas 11 sessões, espalhadas pelos 7 distritos. Em cada Sessão com a duração de 4 horas participaram 10-15 pessoas que trabalharam em grupos divididos em homens e mulheres.*

*16 – Apesar dos números relativamente elevados no que diz respeito ao acesso a água canalizada, é forçoso dizer de uma forma geral as populações que beneficiam de água canalizada têm de facto água por tempo assaz limitado em cada dia (na maioria dos casos entre 1 e 2 horas por dia).*

*17- O conceito de “acesso seguro a água” refere-se ao acesso a água de qualidade, em permanência (24 horas/dia e dias por semana) e em segurança física – em especial para as mulheres e crianças que carregam a tarefa de recolher água para a família.*

*18 – Este valor varia entre os 62% no meio Urbano e os 33,7% no meio Rural (QuiBB, 2005).*

A tabela 4 apresenta o resumo dos dados de acesso á Água Potável e Saneamento.

**Tabela 4.** Cobertura em água potável e do saneamento do meio 2001 – 2006

Acesso	Meio urbano/rural	2001 (em %)	2006 (em %)
Água potável	Urbano	29	57,2
	Rural	6,4	12,6
Saneamento	Urbano	20,8	39,1
	Rural	10,2	19,2
Total	Água potável	19	38
	Saneamento meio	16	30

Fonte: Relatório provisório consultoria de custeamento OMD, 2006.

#### 2.2.4. Educação, Capacitação e Sensibilização

De acordo com o GT-AS uma série de actividades tem vindo a ser desenvolvidas a nível da capacitação no sector da água. No âmbito de alguns projectos de cooperação, têm sido realizadas acções de capacitação para a gestão de infra-estruturas de água, bem como o desenvolvimento de comités de zeladores de água constituídos por homens e mulheres. No âmbito do Projecto Água e Saneamento (financiado pela UNICEF) tem sido dada formação a pessoas para a recolha de dados estatísticos para alimentação da base de dados.

No entanto, continuam a registar-se várias necessidades a nível da capacitação, nomeadamente:

Capacitação de técnicos em domínios tais como Gestão de Recursos Hídricos, Manutenção e operação de sistemas, Contabilidade, Fiscalização do sistema e Construção de infra-estruturas

Capacitação técnica dos diferentes órgãos em matéria de análise, tratamento e gestão de dados.

Capacitação de técnicos e comunidades no domínio organizacional (associativismo) e coordenação das acções;

No que diz respeito à formação académica no sector da água um dos principais problemas identificados é a insuficiência de quadros para responder às necessidades do sector. Esta insuficiência advém da oferta limitada de formação média e superior a nível nacional nos diferentes domínios de uso da água, bem como da formação de formadores na área, em domínios de reparações, reabilitações e pequenas construções.

No que diz respeito á capacitação técnica saneamento mais uma vez o número limitado de técnicos, nomeadamente técnicos sanitários nas áreas distritais de saúde, é o principal problema. A nível das comunidades destaca-se

também a insuficiência de agentes de saúde e líderes comunitários capacitados sobre a matéria de saneamento. Esta situação é resultante da falta de formação académica de técnicos no domínio de saneamento, bem como da fraca capacidade técnica do poder local em matéria de organização e coordenação para responder as exigências de desenvolvimento do sector. A nível das comunidades destaca-se ainda a limitada capacidade técnica das comunidades para a gestão e construção de sistemas de drenagem de águas pluviais e evacuação de excretas, bem como para a remoção dos resíduos sólidos.

A nível da **sensibilização para os temas da água e saneamento**, e em particular na comunicação para a mudança de comportamentos, existe uma ampla intervenção dos diversos actores no terreno. No sector da água existem algumas ONG formadas neste domínio, bem como grupos culturais dos quais fazem parte membros das comunidades preparados para sensibilização em forma de dramatização. Em relação aos meios de comunicação social, existem programas radiofónicos e televisivos de sensibilização a nível nacional bem como a nível local através de rádios comunitárias. No que diz respeito à sensibilização nas temáticas do saneamento actualmente existem actividades como programas nos meios de comunicação social e peças teatrais dirigidas à população desenvolvidas por diversas organizações no âmbito de projectos em curso. As ONG também têm um papel relevante através de acções no domínio de construção e manutenção de latrinas junto das comunidades acompanhadas de acções. A nível das comunidades existem também grupos vocacionados para sensibilização e no âmbito de projectos promovidos por agências governamentais e ONG foram desenvolvidos materiais de sensibilização incluindo cartazes, slides e desdobráveis. No entanto, a sensibilização no âmbito do saneamento padece de alguns constrangimentos, nomeadamente a limitada formação por parte dos agentes de comunicação na matéria, especialmente em temáticas do saneamento de águas residuais, o não explorado potencial de estabelecimento de parcerias com os media, a fraca coordenação e parce-

ria das acções entre as ONG, instituições e comunidades e a limitada diversidade e quantidade de meios e materiais.

**De um modo geral**, torna-se evidente que a grande diversidade de actuação de sensibilização, tanto no tema da água como saneamento, carece de uma coordenação tanto das acções, como dos métodos e mensagens, que permita torná-las mais eficaz e em particular analisar os seus efectivos impactos e corrigir erros. É também uma limitação a inexistência de acções contínuas de sensibilização, nomeadamente através do currículo escolar para os diferentes níveis de ensino. Por outro lado a fraca promoção (advocacia) do tema, junto dos decisores para aspectos específicos, nomeadamente legislação relativa ao sector, restringe a prioridade que o tema da água e saneamento ocupa nas prioridades de governação.

O Anexo B apresenta o Resumo dos Indicadores Básicos do Bem-Estar (QUIBB-2005) de São Tomé e Príncipe.

### **3. Objectivos, Metas e Acções para a melhoria do sector**

A Estratégia Participativa para a Água e Saneamento de São Tomé e Príncipe para 2030 está organizada em 4 grandes pilares, definidos com base na análise de problemas realizada nas sessões participativas. São eles:

#### **1. Política e Instituições**

#### **2. Gestão Integrada de Recursos Hídricos. Inclui:**

Identificação dos Recursos

Alocação (ambiente, energia, agricultura, consumo, lazer, etc.)

Monitorização (incluindo qualidade da água e controle da poluição)

#### **3. Infra-estruturas**

#### **4. Educação, Capacitação e Sensibilização**

Para cada um dos pilares são definidos Objectivos, Metas (de curto, médio e longo prazo). Foram também identificadas algumas das acções principais que devem ser implementadas com vista à persecução dos objectivos. As tabelas 5.1. a 5.4 apresentam os resumos dos objectivos, indicadores, metas e acções. A fonte dos valores de referência para cada um dos indicadores pode ser encontrada no Plano de Monitorização da Estratégia

Neste capítulo é também estabelecida a interligação com o documento estratégico do país para a Adaptação às Alterações climáticas.

**Tabela 5.1.a. Resumo: Objectivos, Estratégia, Acções e Parceiros: Pilar 1. Política e Instituições**

OBJECTIVO	ESTRATÉGIA	ACÇÕES
1.1. Dotar o País de instrumentos jurídicos e legais para o sector da água e saneamento	<p>Definição e implementação da política nacional da água e saneamento, estabelecendo os seus instrumentos legais e regulamentares de forma a assegurar uma gestão económica, social e ambientalmente sustentável</p> <p>Promoção da descentralização, através da definição das atribuições das câmaras distritais no sector da água e saneamento, bem como do modelo de financiamento e viabilidade</p>	<p>Elaborar, aprovar e implementar uma política nacional de água e saneamento, bem como as de leis e regulamentos necessárias à sua aplicação, com base no princípio da gestão integrada de recursos hídricos, envolvendo os diferentes sectores que os utilizam e neles impactam;</p> <p>Definir claramente o papel das entidades locais na prestação de serviços de água e saneamento, bem como o modelo de mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros;</p> <p>Assegurar a articulação e a integração da política da água e saneamento com outras políticas públicas afins.</p>
1.2. Reestruturar e fortalecer o quadro institucional existente	<p>Criação e fortalecimento das entidades necessárias à boa implementação da política do sector, dotando-as dos meios humanos, materiais e financeiros essenciais</p>	<p>Reformular o quadro institucional para definir/clarificar atribuições;</p> <p>Assegurar a manutenção do funcionamento da Parceria Nacional da Água, enquanto órgão multisectorial de coordenação;</p> <p>Dotar as instituições de meios técnicos, humanos e financeiros para responder aos desafios do sector;</p> <p>Fortalecer a Associação de consumidores;</p> <p>Fortalecer o desempenho da Agência Reguladora (AGER)</p>

**Tabela 5.1.b. Resumo: Objectivos, Estratégia Indicadores e Metas: Pilar 1. Política e Instituições**

OBJECTIVO	ESTRATÉGIA	INDICADOR	Valor de Referência	META 2015	META 2020	META 2030
1.1. Dotar o País de instrumentos jurídicos e legais para o sector da água e saneamento	<p>Definição e implementação da política nacional da água e saneamento, estabelecendo os seus instrumentos legais e regulamentares de forma a assegurar uma gestão económica, social e ambientalmente sustentável</p> <p>Promoção da descentralização, através da definição das atribuições das câmaras distritais no sector da água e saneamento, bem como do modelo de financiamento e viabilidade</p>	Política nacional da água e saneamento elaborada	Não elaborada	Elaborada	Actualizada	Actualizada
		% de instrumentos jurídicos aprovados, conforme orientações definidas no Plano Director para o sector da Água e Saneamento 2010	0%	90%	100%	100%
		% de instrumentos jurídicos implementados, conforme orientações definidas no Plano Director para o sector da Água e Saneamento 2010	0%	50%	100%	100%
1.2. Reestruturar e fortalecer o quadro institucional existente	<p>Criação e fortalecimento das entidades necessárias à boa implementação da política do sector, dotando-as dos meios humanos, materiais e financeiros essenciais</p>	Papeis bem definidos ao nível central e local no sector da água e saneamento	Lacunas na definição de funções e sobreposição de actuações	Papeis bem definidos	Papeis bem definidos	Papeis bem definidos
		Avaliação das instituições do sector no que se refere aos <u>recursos materiais</u> suficientes para implementar as suas responsabilidades	n.d.	Razoáveis	Bom	Bom
		Avaliação das instituições do sector no que se refere aos <u>recursos financeiros</u> suficientes para implementar as suas responsabilidades	n.d.	Razoáveis	Bom	Bom
		Avaliação das instituições do sector no que se refere aos <u>recursos humanos</u> suficientes para implementar as suas responsabilidades	n.d.	Fracos	Razoáveis	Bom

A melhoria significativa do sector da água e saneamento em São Tomé e Príncipe e a consequente concretização da Visão do país para o sector, depende principalmente da intervenção ao nível da Política e das Instituições que o regem. A definição clara e efectiva aplicação dos princípios e regras, bem como dos intervenientes do sector e do seu papel, será a base para a implementação de todas as medidas que contribuem para a promoção do acesso seguro e sustentável a água e saneamento, uma condição essencial para o desenvolvimento global do país.

Assim, o primeiro passo será assegurar que o país passe a dispor dos instrumentos jurídicos e legais do sector da água e saneamento actualizados de acordo com a realidade nacional e as melhores práticas internacionais. Para tal será elaborada, aprovada e implementada uma política nacional de água e saneamento, com base no princípio da gestão integrada de recursos hídricos, envolvendo os diferentes sectores que os utilizam e neles impactam. Com base na política definida serão fortalecidas e/ou criadas as instituições necessárias à sua boa implementação, dotando-as dos meios humanos, materiais e financeiros essenciais e permitindo, assim, a melhoria do quadro institucional.

A implementação da política nacional da água terá como elemento chave a já estabelecida descentralização dos serviços de água e saneamento que será clarificada de modo a definir claramente o papel das entidades locais na prestação de serviços de água e saneamento, bem como o modelo de mobilização de recursos humanos, materiais e financeiros. Consequentemente o sucesso da sua implementação passará pela capacitação dos intervenientes para a implementação das suas responsabilidades.

Alcançar estes objectivos envolve recursos financeiros relativamente menores, pelo que as medidas preconizadas podem ser implementadas a curto prazo. Tal será dinamizado pelo Ministério do Ambiente Recursos Naturais e Energia em coordenação com o conselho de Ministros e as Câmaras distritais e poderá contar com o apoio de parceiros de desenvolvimento do país nomeadamente a UNICEF, a GWP e instituições oficiais de outros países com experiência na definição de políticas e modelos institucionais, como o Instituto da Água (Portugal).

**Tabela 5.2.a. Resumo: Objectivos, Estratégia, Acções e Parceiros: Pilar 2. Gestão Integrada de Recursos Hídricos**

OBJECTIVO	ESTRATÉGIA	ACÇÕES
2.1. Caracterizar os recursos hídricos do país	Actualização do Plano Director do sector e criação de capacidade a nível nacional para monitorizar regularmente os recursos hídricos	<p>Recolher sistematicamente dados referentes à quantidade, qualidade e características dos recursos hídricos;</p> <p>Criar um programa de monitorização dos recursos hídricos;</p> <p>Constituir comités de bacias hidrográficas;</p> <p>Definir e implementar planos de gestão de bacia;</p> <p>Realizar inquéritos sobre uso e procura de água.</p>
2.2. Alocar e garantir de forma sustentável água para todos os sectores	Estabelecimento de um modelo de gestão integrada dos recursos hídricos que permita assegurar a alocação da água em quantidade e qualidade necessárias para todos os fins	<p>Identificar as necessidades dos sectores;</p> <p>Criar mecanismos de coordenação, controle e fiscalização dos recursos;</p> <p>Criar parcerias multissetoriais;</p> <p>Estabelecer planos de alocação dos recursos hídricos para cada sector;</p> <p>Actualizar a tarifa da água de acordo com a realidade do país e com vista à sustentabilidade do sistema.</p>
2.3. Assegurar a equidade e igualdade entre mulheres e homens na gestão integrada dos recursos hídricos.	Incorporação das questões de género na gestão integrada dos recursos hídricos.	<p>Sensibilizar e educar a população para as questões de género no sector de água;</p> <p>Advogar junto dos decisores sobre questões de género em matéria de gestão dos recursos hídricos;</p> <p>Promover activamente a integração das mulheres nos processos de gestão dos recursos hídricos.</p>

Tabela 5.2.b. Resumo: Objectivos, Estratégia Indicadores e Metas: Pilar 2. Gestão Integrada de Recursos Hídricos

OBJECTIVO	ESTRATÉGIA	INDICADOR	Valor de Referência	META 2015	META 2020	META 2030
2.1. Caracterizar os recursos hídricos do país	Actualização do Plano Director do sector e criação de capacidade a nível nacional para monitorizar regularmente os recursos hídricos	Número de estações hidrológicas de monitorização	3	14	18	18
		Numero de estações hidrológicas de monitorização em funcionamento	3	14	18	18
		Plano de Monitorização Recursos Hídricos Elaborado e Actualizado a cada 5 anos	Não	Sim	Sim	Sim
		Grau de Implementação do Plano de Monitorização Recursos Hídricos	Sem implementação	Bom	Bom	Bom
		Carta Hidrológica elaborada e actualizada a cada 10 anos	Não	Sim	Sim	Sim
2.2. Alocar e garantir de forma sustentável água para todos os sectores	Estabelecimento de um modelo de gestão integrada dos recursos hídricos que permita assegurar a alocação da água em quantidade e qualidade necessárias para todos os fins	Avaliação do progresso no sentido da gestão integrada de recursos hídricos	Progresso Mínimo	Limitado	Bom	Bom
		Compromissos financeiros para adopção de GIRH	2 milhões de Euros	3 milhões €	1 milhão €	1 milhão €
		Água abstraída por sector: Agrícola	22.070.000 m3/ano (92% do Total de água abstraída)	85-90% do total	80-85% do total	75-80% do total
		Água abstraída por sector: Indústria	n.d. Estima-se que seja insignificante	5-10% do total	10-20% do total	20-30% do total
		Água abstraída por sector: Doméstico (incluindo serviços)	2.010.000 m3/ano (8% do Total de água abstraída)	5-10% do total	5-8% do total	<5% do total
		Água destinada produção energia hidroeléctrica	13.370.000 m3/ano	Aumento de 5%	Aumento de 10%	Aumento de 15%
		Abstracção total de água	0,02 Km3/ano	Aumento de 10%	Aumento de 15%	Aumento de 20%
		Abstracção total de água per capita	153/m3/pessoa/ano	Aumento de 10%	Aumento de 15%	Aumento de 20%
		Geração de electricidade por fonte de energia	Combustíveis Fósseis 80% (36.515 MWh); Hídrica 20% (9128 MWh)	Fósseis <80%; Hídrica >20%; Outras Ren. >0%	Fósseis 60-70%; Hídrica 25-35%; Outras Ren. 5-	Fósseis 40-50%; Hídrica 30-40%; Outras Ren. 10-
		% de comités de gestão de bacia em funcionamento	0%	50%	100%	100%
Grandes eventos de seca e as suas consequências	Derrocada em Rebordelo, em 1974; Seca de 1983; Chuvas fortes 1984; Gravana (estação seca) prolongada em 2005 e 2010.	Médio	Baixo	Baixo		

Tabela 5.2.c. Resumo: Objectivos, Estratégia Indicadores e Metas: Pilar 2. Gestão Integrada de Recursos Hídricos

OBJECTIVO	ESTRATÉGIA	INDICADOR	Valor de Referência	META 2015	META 2020	META 2030
2.3. Assegurar a equidade e igualdade entre mulheres e homens na gestão integrada dos recursos hídricos.	Integração das questões de género na gestão integrada dos recursos hídricos.	% de mulheres no lugar de decisão das instituições do sector	n.d.	1%	5%	15%
		% de mulheres empregadas nas instituições do sector	n.d.	25%	40%	50%
		% de mulheres em organizações de base comunitária do sector (abastecimento/ irrigação)	n.d.	35%	45%	60%
		Papel da mulher na gestão de água suportado por lei	Documentos s/ referência ao papel da mulher	Referência legal	Referência legal	Referência legal

A gestão integrada dos recursos hídricos constitui uma abordagem chave para assegurar a manutenção da qualidade dos recursos e a sua disponibilização para todos os serviços para os quais a água é essencial, desde o abastecimento público, à agricultura, à indústria, ao turismo e lazer, não esquecendo o meio ambiente. Assim, só será possível assegurar a melhoria da situação do sector da água e saneamento, se forem conhecidos os recursos hídricos disponíveis, para que sejam devidamente alocados e preservados.

Desta forma a persecução da Visão nacional passará pela caracterização dos recursos hídricos do país, através da actualização do Plano Director do sector e criação da capacidade a nível nacional para monitorizar regularmente os recursos hídricos, passando assim a ser possível alocar de forma sustentável água para todos os sectores através do estabelecimento de um modelo de gestão integrada dos recursos hídricos que permita assegurar a repartição da água em quantidade e qualidade necessárias para todos os fins.

Neste âmbito há ainda que considera a necessidade de promover a igualdade e equidade entre homens e mulheres na gestão dos recursos hídricos em particular na participação nos diferentes processo e órgãos de decisão.

Em termos financeiros, alcançar estes objectivos exigirá recursos de monta, nomeadamente para a actualização do Plano Director, que irá caracterizar os recursos hídricos e propor um modelo de alocação e de gestão integrada dos recursos hídricos. Todavia, tal já está contemplado no projecto “Estratégia Coordenação e Programação no Sector da Água e Saneamento em São Tomé e Príncipe” a concluir em 2010. Em termos de parcerias, a persecução dos objectivos deste eixo será mobilizada pelo MRNEA em colaboração estreita com os restantes Ministérios, bem como organizações como a FENAPA e a Câmara de Comercio, de forma a coordenar a alocação de recursos hídricos. A nível internacional poderá ainda contar com o apoio da GWP e de instituições oficiais de outros países com experiência na definição de políticas e modelos institucionais, como por exemplo o Instituto Nacional da Água (Portugal).

**Tabela 5.3.a. Resumo: Objectivos, Estratégia, Acções e Parceiros: Pilar 3. Infra-estruturas**

OBJECTIVO	ESTRATÉGIA	ACÇÕES
3.1. Garantir o acesso a água para todos os usos	Melhoria das infra-estruturas de abastecimento de água, de acordo com opções técnicas do plano director  Promoção do modelo de gestão do abastecimento de acordo com opções definidas pelo plano director, com vista à sua efectiva sustentabilização	Conceber e implementar um plano para a construção ou reabilitação dos sistemas de abastecimento de água potável para consumo doméstico; Conceber e implementar um plano para a construção ou reabilitação dos sistemas de abastecimento de água para a agricultura e indústria; Criar e implementar um modelo de gestão do abastecimento.
3.2. Melhorar a qualidade da água visando a redução de doenças de origem hídrica	Introdução de sistemas de tratamentos de água de consumo em todos os sistema de abastecimento de acordo com opções técnicas do plano director  Monitorização da qualidade da água para consumo, com o envolvimento de todos os intervenientes (EMAE, Câmaras distritais e ONGs)	Implementar sistemas de tratamento de água para consumo; Construir e/ou reabilitar estações de tratamento de águas residuais; Proteger as captações; Definir procedimentos para monitoria da água de consumo a nível nacional da qualidade; Instalar laboratórios para análises de águas; Monitorizar a ocorrência de doenças de origem hídrica.
3.3. Aumentar o acesso ao saneamento básico	Construção e/ou reabilitação das infra-estruturas de saneamento básico, de acordo com opções técnicas do plano director  Coordenação e monitorização das intervenções dos parceiros do sector  Sensibilização a população para as boas práticas de Higiene e Saneamento e impactos na Saúde	Construir estações de tratamento de água residuais; Construir esgotos; Construir e reabilitar sistemas de drenagem de águas pluviais; Construir instalações sanitárias adequadas; Construir infra-estrutura que permitam utilizar água não tratada para fins específicos; Criar grupos organizadas em meios urbanos e rurais dotadas de conhecimentos na área de saneamento; Reabilitar os sistemas já existentes; Criar estruturas de coordenação e monitorização das intervenções pelos parceiros do sector.

**Tabela 5.3.b. Resumo: Objectivos, Estratégia, Indicadores e Metas: Pilar 3. Infra-estruturas**

OBJECTIVO	ESTRATÉGIA	INDICADOR	Valor de Referência	META 2015	META 2020	META 2030
3.1. Garantir o acesso a água para todos os usos	Melhoria das infra-estruturas de abastecimento de água, de acordo com opções técnicas do plano director	% População a utilizar fonte melhorada de água para beber	89%	100%	100%	100%
		% creches e jardins infantis com acesso a fonte melhorada de água para beber	49%	80%	100%	100%
		% creches e jardins infantis com acesso a fonte segura de água para beber	0%	35%	50%	90%
		% escolas ensino primário com acesso a fonte melhorada de água para beber	77%	90%	100%	100%
		% escolas ensino primário com acesso a fonte segura de água para beber	0%	35%	50%	90%
		% escolas ensino secundário com acesso fonte melhorada de água para beber	100%	100%	100%	100%
		% escolas ensino secundário com acesso fonte segura de água para beber	81%	100%	100%	100%
		% unidades de saúde com acesso a fonte de água segura para beber	49%	80%	100%	100%
		% unidades de saúde com acesso a fonte melhorada de água para beber	100%	100%	100%	100%
		Modelo de Gestão de Água Rural elaborado no âmbito do Plano Director de Água e Saneamento 2010	Não	Sim	Sim	Sim
		Nº de sistemas de água rural com instituições que implementam o Modelo de Gestão de água rural no país	Inexistente	20%	30%	60%
		Investimento Total em Água Urbana (EMAE)	n.d.	2 Milhões €	7,6 Milhões €	3,4 Milhões €
	Investimento Total em Irrigação	n.d.	3,9 Milhões €	3,9 Milhões €	10,4 Milhões €	
Água utilizada para irrigação (líquida e bruta, água subterrânea e superficial)	22.070.000 m3/ano	a definir	a definir	a definir		
Área total equipada para Irrigação	46 274 ha	a definir	a definir	a definir		

**Tabela 5.3.b. Resumo: Objectivos, Estratégia, Indicadores e Metas: Pilar 3. Infra-estruturas**

OBJECTIVO	ESTRATÉGIA	INDICADOR	Valor de Referência	META 2015	META 2020	META 2030
3.2. Melhorar a qualidade da água visando a redução de doenças de origem hídrica	Introdução de sistemas de tratamentos de água de consumo em todos os sistemas de abastecimento de acordo com opções técnicas do plano director  Monitorização da qualidade da água para consumo, com o envolvimento de todos os intervenientes (EMAE, Câmaras distritais e ONGs)	% de pessoas com acesso a fonte de água segura para beber a partir de casa ou com acesso razoável, nas áreas rurais	12% (2006)	53%	77%	89%
		% de pessoas com acesso a fonte de água segura para beber a partir de casa ou com acesso razoável, nas áreas urbanas	57% (2006)	75%	87%	95%
		Plano Nacional de Monitorização da Qualidade da Água para consumo humano Elaborado	Não	Sim	Sim	Sim
		Grau de Implementação do Plano Nacional de Monitorização da Qualidade da Água para consumo humano	Sem implementação	Bom	Bom	Bom
		Número Surtos de doenças de origem hídrica por ano	Surto de Cólera: 1991, 2006	1	0	0
		Incidência diarreia	5067 /ano	<4000	< 2000	<500
3.3. Aumentar o acesso ao saneamento básico	Construção e/ou reabilitação das infra-estruturas de saneamento básico, de acordo com opções técnicas do plano director  Coordenação e monitorização das intervenções dos parceiros do sector  Sensibilização a população para as boas práticas de Higiene e Saneamento e impactos na Saúde	Proporção da população com acesso a uma instalação melhorada de saneamento	26%	58,0%	70%	75%
		Proporção da população urbana com acesso a uma instalação melhorada de saneamento	30%	60,0%	75%	80%
		Proporção da população rural com acesso a uma instalação melhorada de saneamento	19%	55,0%	65%	70%
		% escolas ensino primário com acesso a instalação melhorada de saneamento	74%	90,0%	100%	100%
		% escolas ensino secundário com acesso a instalação melhorada de saneamento	100%	100%	100%	100%
		% unidades de saúde com acesso a instalação melhorada de saneamento	95%	100%	100%	100%
		Nº reuniões com objectivo de promover coordenação no sector saneamento/ano	5	>4	>4	>3
		Nº de instituições com projectos de saneamento no terreno	n.d	17	17	12
		Taxa de mortalidade em crianças com menos de 5 anos (ODM)	78/ 1000 (2009)	31/1000	<31/1001	<31/1002

O pilar das Infra-estruturas é central para assegurar a melhoria do acesso seguro a água e saneamento nas suas diversas vertentes, tanto no que se refere à maior disponibilidade de água para os diferentes fins (domésticos ou industrial), como para assegurar a qualidade dessa água e garantir um fim apropriado para as águas residuais e pluviais, de forma a reduzir ao mínimo o impacto da poluição.

Para assegurar o acesso a água para todos os usos (humanos) e a melhoria da qualidade da água visando a redução de doenças de origem hídrica serão tomadas iniciativas para a construir e/ou reabilitar infra-estruturas de abastecimento de água, de acordo com opções técnicas do Plano Director, bem como para implementar um modelo de gestão do abastecimento de modo a garantir a sustentabilidade do acesso à água em quantidade e de qualidade. Será também criada uma iniciativa nacional de monitorização da qualidade da água para consumo, com o envolvimento de todos os intervenientes (EMAE, Câmaras distritais e ONG). Em paralelo será feita a promoção da sensibilização da população as boas práticas de utilização da água, seguindo a abordagem preconizada no pilar 4 desta estratégia, de modo a promover uma mudança efectiva dos comportamentos tanto a nível das pessoas como das instituições.

De forma a assegurar um aumento do acesso ao saneamento básico, será promovida a construção e/ou reabilitação de infra-estruturas de saneamento, de acordo

com opções técnicas do Plano Director. Tal deverá passar pela institucionalização de modelos de construção das infra-estruturas e pelo seu melhoramento ao longo do tempo, pois se num primeiro momento será essencial assegurar o acesso a latrinas, gradualmente será promovida a melhoria dessas estruturas para equipamentos de mais qualidade e conforto. Tal como no que se refere à promoção do acesso a água, também no caso do saneamento será feita a promoção da sensibilização da população para as boas práticas de Higiene e Saneamento e impactos na Saúde e seguindo a abordagem preconizada no pilar 4 desta estratégia.

Dado que existe já uma grande variedade de entidades a actuar na área das infra-estruturas de água e saneamento, será fortalecido os mecanismos de coordenação e monitorização das intervenções dos parceiros do sector de modo a promover a eficácia das intervenções.

A persecução dos objectivos e metas traçados neste pilar, é sem dúvida a que acarretará maiores custos financeiros que serão devidamente quantificados no âmbito da reformulação do Plano Director, previsto para 2010. A sua implementação resultará do compromisso do Estado em fazer to tema uma prioridade nacional e coordenação com o apoio dos parceiros de desenvolvimento do país (ex. BADEA, CE, BAD, BM, etc). Em alguns casos, nomeadamente no que toca ao saneamento e pequenos sistemas de abastecimento, o país poderá contar ainda com a intervenção de ONG e instituições nacionais e

internacionais já activas no sector, bem como de cooperações bilaterais (nomeadamente, Portugal e Espanha) e dos fundos afectos a questões sociais no âmbito de partilha de produção das sociedades petrolíferas.

**Tabela 5.4.a.** Resumo: Objectivos, Estratégia, Acções e Parceiros: **Pilar 4. Educação, Capacitação e Sensibilização**

OBJECTIVO	ESTRATÉGIA	ACÇÕES
4.1 Garantir a existência de pessoas capacitadas para gerir os RH	Promoção do ensino das temáticas da água e saneamento nas escola primárias e secundárias de modo a criar os conhecimentos básicos e o interesse dos jovens e das jovens para a importância do tema	Inserir tema da água e saneamento nos curricula das escolas com referências claras à igualdade e equidade de géneros; Criar disciplinas pedagógicas ligadas a Água e Saneamento  Dotar os docentes de conhecimentos sobre a GIRH.
	Criação de capacidade a nível nacional para formar e educar quadros técnicos de forma a reduzir a dependência do exterior e de projectos casuísticos e não coordenados  Fortalecimento das oportunidades de educação e formação contínua no exterior de modo a permitir o contacto com novas técnicas e modelos de actuação	Capacitar todos os agentes nacionais sobre a nova política da água e saneamento e sua implementação; Criar cursos médios e superiores ligadas a Água e Saneamento; Formar recursos humanos em instituições nacionais; Formar recursos humanos no exterior; Contratar consultores internacionais para formação e capacitação; Integrar os técnicos em instituições nacionais.
4.2. Garantir a mudança do comportamento das pessoas face à gestão da Água e Saneamento	Promoção da coordenação a nível nacional das iniciativas de informação, de comunicação e de sensibilização de modo a melhorar a qualidade das intervenções e ampliar o seu impacto	Criar um espaço na rádio e TV, referente à mudança de Comportamento, Atitudes e Práticas (CAP) face a água e Saneamento; Criar uma iniciativa de coordenação das actividades de sensibilização das ONGs e restantes actores; Criar iniciativas de capacitação dos agentes de sensibilização com novos conhecimentos; Disponibilizar e facilitar informações sobre os recursos hídricos para actores económicos e sociais e a toda a sociedade em geral utilizando técnicas modernas disponíveis e sistemas de informação já existentes;

**Tabela 5.4.b.** Resumo: Objectivos, Estratégia Indicadores e Metas: Pilar 4. Educação, Capacitação e Sensibilização

OBJECTIVO	ESTRATÉGIA	INDICADOR	Valor de Referência	META 2015	META 2020	META 2030
4.1 Garantir a existência de pessoas capacitadas para gerir os RH	Promoção do ensino das temáticas da água e saneamento nas escolas primárias e secundárias de modo a criar os conhecimentos básicos e o interesse dos jovens e das jovens para a importância do tema	Tópicos referentes água e saneamento nos currícula ensino primário	Vários (ver plano de monitorização)	Expandir os tópicos	Expandir os tópicos	Expandir os tópicos
		Tópicos referentes a água e saneamento nos currícula ensino secundário	Vários (ver plano de monitorização)	Expandir os tópicos	Expandir os tópicos	Expandir os tópicos
		Nº de docentes com formação específica na gestão dos recursos hídricos e saneamento	0	10	50	200
	Criação de capacidade a nível nacional para formar e educar quadros técnicos de forma a reduzir a dependência do exterior e de projectos casuísticos e não coordenados	Nº de residentes com ensino superior na área	44	>55	>65	>100
		... dos quais % dos que são do sexo feminino	n.d.	10%	20%	30%
		Nº de cursos técnicos em funcionamento na área em STP	0	1	3	5
		Nº de cursos superiores em funcionamento na área em STP	1	2	3	5
Fortalecimento das oportunidades de educação e formação contínua no exterior de modo a permitir o contacto com novas técnicas e modelos de actuação	Promoção da coordenação a nível nacional das iniciativas de informação, de comunicação e de sensibilização de modo a melhorar a qualidade das intervenções e ampliar o seu impacto	Perdas Comerciais	38%	<35%	<30%	<20%
		Ligações Ilegais	189	<189	<100	<25
		Tarifa de Recursos Hídricos estabelecida legalmente e implementada	Não	Sim	Sim	Sim
		Taxa de mortalidade em crianças com menos de 5 anos (ODM)	78/1000	31/1000	<31/1001	<31/1002
		Incidência de diarreia	5067 /ano	<4000	<2000	<500
		Número de projectos e acções promovidas por instituições públicas de promoção das alterações de comportamentos nas temáticas: uso racional da água + uso correcto das infraestruturas de abastecimento + ilegalidade no consumo	n.d.	12	30	40
4.2. Garantir a Mudança do comportamento das pessoas face à gestão da Água e Saneamento						

O Pilar da Educação, Capacitação e Sensibilização terá um impacto transversal em todo o sector da água e saneamento. A Educação e Capacitação permitirão assegurar os quadros técnicos essenciais para definir, implementar e manter as melhorias significativas de que o sector carece. Por outro lado, a Sensibilização, a par da Educação de Base, permitirá contribuir a longo prazo para uma população consciente do seu papel na boa utilização dos recursos hídricos e do saneamento a nível nacional.

Face à actual situação de grande escassez de quadros técnicos, o alcançado do objectivo de garantir a existência de recursos humanos com capacidade para gerir os recursos hídricos, será assegurada por duas vias. Por um lado, através da promoção do ensino das temáticas da água e saneamento nas escolas primárias e secundárias que crie os conhecimentos básicos e o interesse nos jovens nos temas da água e saneamento, com particular atenção à temáticas do género essencial para a efectiva actuação nesta área.

Por outro lado, através da promoção da capacitação técnica e da educação média e superiores. Para tal serão criadas capacidades próprias e permanentes da área da educação e capacitação de quadros técnicos de forma a reduzir a dependência de projectos casuísticos e não coordenados. Partindo de uma determinação real dos quadros necessários ao país para implementar com sucesso as novas políticas e instituições do sector (ver Pilar 1),

será definido o modelo mais eficiente para a formação contínua destes quadros. Tal poderá passar pela criação de cursos no país em paralelo com a formação no exterior, bem como pelo investimento nacional na formação de quadros médios e superiores em instituições internacionais, para que possam posteriormente regressar ao país e leccionar cursos. Será ainda relevante envolver quadros internacionais de forma a abreviar o tempo até à efectiva criação dos cursos no país. De notar que a criação destes quadros nacionais só terá impacto se forem criadas as instituições – públicas e privadas, e as políticas de que o sector carece, e que deverão absorver estes técnicos. Importa ainda salientar que o projecto “Estratégia Coordenação e Programação no Sector da Água e Saneamento em São Tomé e Príncipe” prevê a realização de um conjunto significativo de formações técnicas a decorrer em 2009 e 2010.

Em termos de recursos financeiros, os primeiros passos de inserção de materiais pedagógicos no ensino primário e secundário são relativamente pouco exigentes pelo que podem ser implementados a curto prazo. Para além disso o seu impacto só será visível ao fim de alguns ciclos lectivos, pelo que o seu arranque deve ser prioritário, podendo ser concretizados através de uma parceria que reúna as instituições oficiais do Sector (Ministérios do Ambiente e da Educação) e os seus parceiros de desenvolvimento nestas áreas (ex. UNICEF, Cruz Vermelha Nacional, Cooperação Portuguesa, Zatona, Fundação da Criança e da Juventude, etc). Quanto à formação

de quadros médios e superiores, tal terá custos mais significativos, pelo que carece de um planeamento mais detalhado. Nesta área as instituições de formação nacionais (públicas e privadas) são parceiros essenciais pela oportunidade que tal pode representar para fortalecer e alargar a sua intervenção através da oferta de mais e melhor formação. Também os parceiros de desenvolvimento do país serão mobilizados, dado o seu actual papel na área da educação de quadros, nomeadamente as Cooperativas Portuguesa e Brasileira e países como Cuba.

O objectivo de garantir a mudança do comportamento das pessoas face à gestão da água e saneamento, apenas poderá ser atingido através de um investimento continuado, coordenado e de longa duração em acções concretas. Assim deverá ser definida uma iniciativa nacional de sensibilização que – deixando espaço de liberdade de actuação aos intervenientes, defina modelos gerais de actuação e objectivos, bem como procedimentos de monitorização que garantam a qualidade. Estes devem ser incorporados nos diversos projectos com componentes de sensibilização. Esta sensibilização deve dirigir-se claramente a públicos alvo definidos (ex. comunidades, entidades privadas, etc.) e devem ser mobilizadas iniciativas de capacitação dos intervenientes. Em termos de financiamento esta actuação poderá ser maioritariamente implementada através dos projectos já em curso e/ou previstos. Tal deverá ser assegurado através da colaboração entre as diversas instituições governamentais dos diferentes sectores e as organizações da sociedade civil e privados. No âmbito desta coordenação da intervenção de sensibilização, devem ser promovidas pelos diferentes intervenientes espaços na rádio e televisão que promovam a mudança de Comportamento, Atitudes e Práticas (CAP) face à gestão da água e saneamento.

As tabelas 5.1 a 5.4 também foram desenvolvidas em formato Excel de forma a servirem como ferramenta de acompanhamento e monitorização da implementação da Estratégia. (Ver Anexo C. Ferramenta de Apresentação e Monitorização da Estratégia: Indicadores, Metas e Acções).

De realçar que apesar dos quatro pilares serem apresentados separadamente, a persecução integral da Visão definida para o sector da Água e Saneamento em 2030 para São Tomé e Príncipe depende da implementação dos 4 pilares como um todo.

### **3.1. Integração com a Adaptação às Mudanças Climáticas**

Ainda que São Tomé e Príncipe seja um sumidouro de E-CO<sub>2</sub>, uma vez que a sua floresta absorve anualmente quase três vezes mais do que a produção anual de E-CO<sub>2</sub> do país, enquanto estado insular, é particularmente vulnerável aos impactos das alterações climáticas decorrentes de um aumento global de E-CO<sub>2</sub> na atmosfera.

De acordo com o Programa Nacional de Acção para Adaptação (NAPA) às Mudanças Climáticas, o aumento da temperatura e a diminuição das chuvas, constituem uma grande preocupação para o país, pois esses fenómenos poderão ter como consequência uma diminuição dos caudais dos rios e da quantidade das águas subterrâneas. Economicamente, os impactos negativos centrar-se-ão fundamentalmente na produção energética, na agricultura e na pecuária. A saúde humana sofre igualmente os efeitos das alterações climáticas com o surgimento de algumas doenças e agravamento de outras. O documento, aponta ainda que em algumas regiões do país, as inundações, a elevação do nível das águas do mar e o aumento da erosão costeira têm atingido níveis significativos pondo em perigo as nossas infra-estruturas. Assim, o NAPA identifica 4 projectos no sector da água que devem contribuir para a aumentar a resiliência do país face às alterações climáticas, a saber:

- Construção de dois sistemas de abastecimento de água potável em zonas rurais
- Avaliação e planeamento dos recursos hídricos
- Gestão durável da água e energia
- Construção de duas centrais hidroeléctricas em Claudino e Bernardo Faro

**Assim estes projectos deverão ser integrados nas acções a desenvolver no âmbito desta estratégia.**

### **4. Processos em curso no sector da água e saneamento**

Reconhecendo que existem actualmente diversos projectos em curso, ou previstos a curto prazo, que contribuem para alcançar os vários objectivos da presente Estratégia, foi feito um primeiro levantamento dessas intervenções e o seu enquadramento nos 4 pilares deste documento.

Resumidamente pode-se apontar que existem pelo menos 20 projectos em curso ou previstos a curto prazo, com impacto no sector da água e saneamento, em especial no pilar 3 (infra-estruturas) e no pilar 4 (Educação, Capacitação e Sensibilização). O total destes projectos ultrapassa os 10 milhões de euros, grande parte devido à construção de infra-estruturas. Os principais promotores destes projectos são a EMAE (grandes infra-estruturas) e a DRNE.

A informação mais detalhada é apresentada na tabela 6.

### **5. Monitorização**

A efectiva utilidade desta Estratégia Participativa depende da sua monitorização e acompanhamento, de forma a assegurar que são de facto implementadas acções

com vista a atingir os objectivos e metas definidos, mas também para garantir que o documento continua a corresponder à realidade e as necessidades do país. Esta é, aliás, uma preocupação manifestada pelos diversos intervenientes na elaboração desta estratégia, desde as comunidades locais aos técnicos do sector.

Esta monitorização deve ser assegurada pela Parceria Nacional da Água, enquanto fórum representante dos detentores de interesse dos diversos sectores com impacto na Gestão de Recursos Hídricos.

Pelo menos a cada cinco anos será realizada uma iniciativa de monitorização que irá:

- Avaliar de uma forma geral se o documento se mantém alinhado com as necessidades, capacidades e prioridades do país.

- Avaliar o grau de execução das metas estabelecidas da Estratégia. Tal deverá ser feito com base nos indicadores e metas estabelecidas na estratégia (ver capítulo 3).

- Apresentar orientações dirigidas aos diferentes detentores de interesses que contribuam para a melhoria do seu desempenho na implementação da Estratégia e consequente persecução das suas metas.

Esta iniciativa deverá incluir, tanto quanto possível, a recolha de dados existentes de fontes secundárias (i.e. estatísticas do INE, Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, etc.) e quando necessário recolher novos dados através de entrevistas ou inquéritos. Mais informações sobre a Monitorização podem ser encontradas no “Plano de Monitorização da Estratégia Participativa para a Água e Saneamento de São Tomé e Príncipe para 2030”, elaborado no âmbito do mesmo projecto.

O resultado da monitorização deve ser compilado num documento apresentado e debatido publicamente.

## 6. Conclusões e Próximos passos

O presente documento constitui a Estratégia Participativa de São Tomé e Príncipe para a Água e Saneamento, como elemento chave para a melhoria significativa e sustentável da situação do sector. Em conclusão, considera-se que esta Estratégia Participativa:

- Constitui um **documento de referência uno e de longo prazo**;

- Contribui significativamente para **melhorar a planificação e a coordenação** entre os diferentes actores e a **mobilização de recursos financeiros, humanos e materiais**;

- Foi elaborada e validada através de uma ampla **participação** de diferentes representantes das comunidades

locais, da sociedade civil e do sector público e privado. Tal incluiu a realização de um evento Nacional (22 Julho 2009) que contou com a presença do Sr. Primeiro Ministro, Rafael Branco, e aberto a todos os interessados, com o objectivo central de apresentar e validar o documento preliminar da Estratégia Participativa, conduzindo assim a criação da versão final;

- Baseia-se numa **análise real da situação actual** do sector da água e saneamento em São Tomé e Príncipe;

- Define uma **visão** nacional para o sector da Água e Saneamento em 2030: “Em 2030, a população de São Tomé e Príncipe tem um acesso a água potável e saneamento adequados e beneficia de uma boa gestão integrada dos recursos e dos sistemas que garante a saúde e o desenvolvimento sustentável do país.”

- Está estruturada em **4 pilares de actuação**: i) Política e Instituições, ii) Gestão Integrada de Recursos Hídricos, incluindo a Identificação dos recursos, a sua alocação entre diferentes usos e a monitorização da Qualidade da Água e Controle da Poluição) iii) Infra-estruturas e iv) Educação, Capacitação e Sensibilização.

- Para cada Pilar define **Objectivos, Indicadores e Metas** (de curto, médio e longo prazo), bem como estratégias de actuação. Identifica também algumas das acções principais que devem ser implementadas com vista à persecução dos objectivos.

- Reconhece a **existência de projectos já em curso** ou previstos a curto prazo que têm um impacto no sector da água e saneamento e que devem de ser enquadrados no que será a intervenção estratégica resultante deste documento;

- Reconhece que a definição de uma Estratégia Participativa não é em si um objectivo, mas um meio para atingir um fim maior - i.e. a melhoria efectiva da situação da Água e Saneamento a nível nacional, o documento define que a sua implementação deverá ser **monitorizada pela Parceria Nacional da Água**.

A persecução da Estratégia Participativa terá como próximo passo, iniciar a sua efectiva implementação, tendo a Direcção de Recursos Naturais e Energia como entidade mobilizadora. Tal deverá incluir, num primeiro momento:

Análise detalhada do modo como os projectos já em curso e previstos a curto prazo devem ser coordenados com vista a contribuírem de uma forma eficaz e eficiente para a persecução das metas definidas na Estratégia;

Efectiva implementação das acções, projectos e responsabilidades já previstas;

Mobilização dos recursos existentes, aproveitando sinergias e promovendo a eficiência e eficácia, para

implementação de actividades que, sendo agora preconizadas pela estratégia, não estejam em curso;

Mobilização de novos recursos com vista a implementar acções ainda não previstas.

### Referências Relevantes

African Development Bank, 2005, São Tomé e Príncipe Country Strategy Paper 2005-2009

Banco Mundial, 1994, A guide to the formulation of Water Resources Strategy,

CIA World Factbook, consultado em Abril 2009 <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>, dados de 2006.

Análise Global da Segurança e da Vulnerabilidade Alimentar (CFSVA), 2007, Programa Alimentar Mundial

Instituto Nacional de Estatística, 2005, Questionário de Indicadores Básicos do Bem-Estar de São Tomé e Príncipe (QUIBB- STP)

Le Huu Ti & Thierry G Facon, 2001, From Vision to Action: A Synthesis of National Water Visions in South-east Asia. FAO e ESCAP. Versão em pdf em: <ftp://ftp.fao.org/docrep/fao/004/AB776E/AB776E00.pdf>

**Ministério de Plano e Finanças, 2002**, Estratégia Nacional de Redução da Pobreza de São Tomé e Príncipe

**Républica de São Tomé e Príncipe, 2005**, Estratégia Nacional de Redução da Pobreza: Programa de Acções Prioritárias 2006-2008

**Sistema das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe, 2004**, 1.º Relatório de acompanhamento dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe

**Sistema das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe, 2008**, 2.º Relatório de acompanhamento dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento de São Tomé e Príncipe

**Sistema das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe, 2006**, Relatório provisório consultoria de custeamento OMD

**Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente, 2004**, Stratégie Nationale d'Adaptation Sur les Changements Climatiques, Ministère des Ressources Naturelles et l'Environnement Gabinete do Ambiente

**Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente, 2006**, Programa Nacional de Acção para Adaptação (NAPA) às Mudanças Climáticas é um mecanismo.

**Ministério da Agricultura de São Tomé e Príncipe, 2008**, Actualização da Carta de Política Agrícola e do Desenvolvimento Rural, Infra-estruturas Rurais e Pescuqueiras, Documento do Grupo de Trabalho GT-10.

### ANEXOS

**Anexo A.** Resumo da Metodologia Participativa para elaboração da Estratégia Participativa para a Água e Saneamento de São Tomé e Príncipe para 2030 (ficheiro PowerPoint)

**Anexo B.** Resumo dos Indicadores Básicos do Bem-Estar (QUIBB-2005) de São Tomé e Príncipe. (ficheiro Word)

**Anexo C.** Ferramenta de Apresentação e Monitorização da Estratégia: Indicadores, Metas e Acções". (ficheiro Excel)

**Para ter acesso aos anexos, contactar a Direcção de Recursos Naturais e Energia (DRNE)**

Morada : Avenida 12 de Julho

E-Mail: [drnestp@cstome.net](mailto:drnestp@cstome.net)

Telefone: (+ 239) 2222747

ADRA	Integrated Project on Agricultura, Sanitation and Health-IPASH.	Pilar 3
Câmara Distrital de Cantagalo	Reabilitação do Sistemas de abastecimento de Água de Cantagalo	Pilar 3
CD-Lemba	Abastecimento de Água a Ponta Figo, Praia, escolas e casa social.	Pilar 3
CD-Lemba	Construção de vala de Saneamento no Bairro de Rosema.	Pilar 3
CD-Lemba	Construção de duas lavandarias no Bairro de Rosema.	Pilar 3
CD-Lemba	Abastecimento da rede de abastecimento de água às populações da cidade de Neves.	Pilar 3
CD-Lemba	Construção de aterro sanitário Fase I	Pilar 3
DRNE	Estratégia Coordenação e Programação do Sector da Água e Saneamento.	Pilar1; Pilar2; Pilar3 & Pilar4
DRNE	Política da Água	Pilar 1
DRNE	Construção de Latrinas em STP	Pilar 3
DRNE	Base de Dados de Água e Saneamento	Pilar 4
DRNE	Sensibilização das Comunidades sobre Saneamento	Pilar 4
DRNE	Formação e Capacitação de Professores sobre Temas de Água e Saneamento	Pilar 4
DRNE	Formação sobre actuações em situação de emergência.	Pilar 4

DRNE	Intercâmbio e capacitação na área do saneamento e recursos hídricos.	Pilar 4
DRNE	Instalação de Estações Hidrométricas.	Pilar 2
DRNE	Fortalecimento Institucional da gestão de águas em S. Tomé e Príncipe – Intenção do projecto.	Pilar 1 & Pilar 2
EMAE	Reabilitação do Sistemas de abastecimento de Obô Longo.	Pilar 3
EMAE	Reabilitação do Sistema de Abastecimento de Neves.	Pilar 3
EMAE	Reabilitação do Sistemas de Abastecimento de Água Clara 1 e 2.	Pilar 3
EMAE	Água Clara I e II.	Pilar 3
EMAE	Abastecimento de Água à Canga, Cruzeiro; Obô Longo, Pau Sabão; e Folha Fede.	Pilar 3
EMAE	Reabilitação do Sistemas de Abastecimento de água à Vage Sum Pinho.	Pilar 3
FIC/PAPAFPA	Construção/Reabilitação dos sistemas de irrigação para Comunidades: Pinheira Fase I;	Pilar 3
FIC/PAPAFPA	Construção/Reabilitação dos sistemas de irrigação para Comunidades: Pinheira Fase II; Blu-Blu; Amparo II; Mesquita/Santarem; Maiança/Praia Nazaré; Uba Cabra; Monte Carmo e Água Sampaio.	Pilar 3
FIC/PAPAFPA	Construção/Reabilitação dos sistemas de irrigação para Comunidades: Saudades II;	Pilar 3
FIC/PAPAFPA	Construção/Reabilitação dos sistemas de irrigação para Comunidades: Santa Clara;	Pilar 3
FIC/PAPAFPA	Construção/Reabilitação dos sistemas de irrigação para Comunidades: Ferreira Governo;	Pilar 3
FIC/PAPAFPA	Construção/Reabilitação dos sistemas de irrigação para Comunidades: Bom Sussesso;	Pilar 3
FIC/PAPAFPA	Construção/Reabilitação dos sistemas de irrigação para Comunidades: Quinta das Flores;	Pilar 3
FIC/PAPAFPA	Construção/Reabilitação dos sistemas de irrigação para Comunidades: Ponta Figo;	Pilar 3
FIC/PAPAFPA	Construção/Reabilitação dos sistemas de irrigação para Comunidades: Generosa;	Pilar 3
DRNE	Tratamento de água no sistema de Porto Alegre, Malanza.	Pilar 3
P. Saúde para todos	Abastecimento de água à Comunidade de Sundry.	Pilar 3
P. Saúde para todos	Abastecimento de água à Comunidade de Praia das Burras.	Pilar 3
P. Saúde para todos	Abastecimento de água à Comunidade de Ponta do Sol.	Pilar 3
P. Saúde para todos	Abastecimento de água à Comunidade de Abade.	Pilar 3
P. Saúde para todos	Abastecimento de água à Comunidade de Soledade.	Pilar 3
P. Saúde para todos	Abastecimento de água à Comunidade de S. José.	Pilar 3
P. Saúde para todos	Abastecimento de água à Comunidade de Santa Teresa.	Pilar 3
P. Saúde para todos	Abastecimento de água à Comunidade de Paga Fogo.	Pilar 3
P. Saúde para todos	Abastecimento de água à Comunidade de Santa Geny.	Pilar 3
P. Saúde para todos	Abastecimento de água à Comunidade de Angra Toldo Cavalete.	Pilar 3
P. Saúde para todos	Abastecimento de água à Comunidade de Vista Alegre.	Pilar 3
P. Saúde para todos	Abastecimento de água à Comunidade de Antonio Vaz.	Pilar 3
P. Saúde para todos	Abastecimento de água à escola primaria e Jardim de Infância (Guadalupe).	Pilar 3
P. Saúde para todos	Abastecimento de água à Comunidade Vila Braga.	Pilar 3
P. Saúde para todos	Abastecimento de água à Comunidade Rio Lima.	Pilar 3
P. Saúde para todos	Abastecimento de água à Comunidade Roça Bombaim.	Pilar 3
P. Saúde para todos	Abastecimento de água à Comunidade Água Lama.	Pilar 3
P. Saúde para todos	Abastecimento de água à Comunidade Cabeça Cal.	Pilar 3
P. Saúde para todos	Abastecimento de água à Comunidade Saudade.	Pilar 3
P. Saúde para todos	Abastecimento de água à Comunidade Água Casada.	Pilar 3
P. Saúde para todos	Abastecimento de água à Comunidade Monte Macaco.	Pilar 3
SNCV	Acesso a água e saneamento às populações em todos os distritos.	Pilar 3
SNCV	Drenagem de pântanos de água pluviais no Bairro Rosema – Cidade de Neves.	Pilar 3
SNCV	Drenagem de água residuais (pântanos).	Pilar 3
DGA e Ministério de Agricultura	Programa de Adaptação às Mudanças Climáticas: a) Adaptação para as Comunidades vulneráveis da zona Costeira de S. Tomé e Príncipe; b) Adaptação em Areas vulneráveis do Interior, c) Reforço da capacitação de adaptação; d) Gestão do Programa.	Pilar 1; Pilar 3, Pilar 4

DGA/DRNE	Implementação da Gestão Integrada dos Recursos Aquíferos e de Água Residuais (IWRM/WUE)	Pilar 2
SNCV	Continuação da Promoção do Saneamento e qualidade da água às populações em todos os distritos.	Pilar 3
Esta informação deverá ser actualizada regularmente pela DRNE como forma de monitorizar e promover a coordenação das intervenções no sector, bem como identificar lacunas e áreas próprias.		



**DIÁRIO DA REPÚBLICA**

**AVISO**

A correspondência respeitante à publicação de anúncios no *Diário da República*, a sua assinatura ou falta de remessa, deve ser dirigida ao Centro de Informática e Reprografia do Ministério da Justiça, Administração Pública, Reforma do Estado e Assuntos Parlamentares – Telefone: 2225693 - Caixa Postal n.º 901 – E-mail: [cir-reprografia@hotmail.com](mailto:cir-reprografia@hotmail.com) São Tomé e Príncipe. - S. Tomé.